



MINAGRIF/PDAC



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E FLORESTAS

PROJETO DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA COMERCIAL - (P159052-AO)

PRESTADOR DE SERVIÇOS TÉCNICOS (TSP) PARA APOIAR A ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE PLANOS DE NEGÓCIOS

PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL (PGAS)

DA

COOPERATIVA CATEPA NTANDA, CRL

Iniciativa:



Financiamento:



Largo António Jacinto, Edifício B do MINAGRIF, 2º Andar, Direito, Luanda, República de Angola

JUNHO DE 2023



MINAGRIF/PDAC



ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	8
1.1. Objectivos e âmbito do PGAS	8
1.2. Identificação da equipa.....	9
1.3. Breve descrição de responsabilidades do TSP, Proponente, PDAC e Banco Mundial (BM) 10	
1.3.1. Níveis de Obrigações e Responsabilidades da BRLi/Sirius	10
1.3.2. Níveis de obrigações e responsabilidades do proponente	11
1.3.3. Níveis de obrigações e responsabilidades da unidade de implementação do PDAC 12	
1.3.4. Níveis de obrigações e responsabilidades do Banco Mundial.....	12
1.4. Principais riscos ambientais e sociais associados.....	12
1.5. Estrutura e conteúdos do PGAS	13
2. DESCRIÇÃO DO SUBPROJECTO	14
2.1. Ficha Técnica	14
2.2. Localização da fazenda	15
2.3. Objectivos do subprojecto.....	17
2.4. Plano de Produção.....	17
2.5. Descrição das actividades previstas	17
2.6. Principal tecnologia que será adoptada	18
2.7. Equipamentos a adquirir.....	18
2.8. Resíduos gerados	19
2.9. Necessidades hídricas das culturas e para consumo humano	19
2.10 Efluentes 20	
3. CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL E SOCIAL	21
3.1. Caracterização biofísica	21
3.2. Caracterização socioeconómica	21
4. ENQUADRAMENTO LEGAL	22
4.1. Legislação Ambiental e Social e Políticas de Salvaguardas do Banco Mundial.....	22
4.2. Avaliação das lacunas da legislação e recomendações	23
5. AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS E MEDIDAS DE MITIGAÇÃO	26
5.1. Metodologia de identificação e avaliação dos impactos ambientais e sociais	26
5.2. Avaliação dos impactos ambientais e sociais e medidas de mitigação	28
6. PROGRAMAS DE GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL	35
6.1. Plano de Gestão de Resíduos e Efluentes.....	35
6.2. Plano de Higiene, Saúde e Segurança Ocupacional	39
6.3. Plano de atendimento às emergências da fazenda.....	40
6.3.1 Equipamentos de segurança, combate a incêndio e contenção de produtos químicos	40
6.3.2. Identificação de potenciais cenários e hipóteses acidentais	41
6.3.3. Procedimento de emergências	41
6.4. Plano de fertilização, gestão de pragas e doenças	41
6.4.1. Uso e manuseio de pesticidas	42
6.4.2. Fertilizantes	42



MINAGRIF/PDAC



6.4.3.	Riscos de saúde ambiental, ocupacional e público associados ao uso de pesticidas	43
6.5.	Plano de prevenção da COVID-19	44
6.6.	Plano de prevenção e resposta à EAS/AS	44
6.7.	Plano de implementação do MSGR previsto pelo PDAC	46
6.8.	Plano de envolvimento das partes interessadas	47
6.9	Plano de formação ambiental e social	48
6.10	Relatórios de Monitorização Ambiental e Social	49
7.	CUSTOS ESTIMADOS	53
8.	ANEXOS	54
8.1	Anexo I: Relatório de envolvimento das partes interessadas	54
8.2	Anexo II: Croquis de Localização do Subprojecto	56
8.3	Anexo III: Título de Concessão de Terra da Cooperativa Catepa Ntanda, CRL.....	57
8.4	Anexo IV: Registo Fotográfico da fazenda antes do financiamento	59
8.5	Anexo V: Formulário do Mecanismo de Sugestões e Gestão de Reclamações - PDAC	60
8.6	Anexo VI: Código de Conduta do PDAC	62
8.7	Anexo VII. Avaliação dos impactes ambientais e sociais	68
8.8	Anexo VIII. Legislação Ambiental e Social e Políticas de Salvaguardas do Banco Mundial	71



MINAGRIF/PDAC



ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Componentes do PDAC	8
Tabela 2: Descrição da equipa técnica do TSP BRLi/SIRIUS	9
Tabela 3: Riscos Ambientais e Sociais associados ao subprojecto da Cooperativa Catepa Ntanda, CRL	12
Tabela 4: Ficha Técnica da Fazenda	14
Tabela 5: Equipamentos a adquirir âmbito do PN	18
Tabela 6: Principais resíduos produzidos na fazenda.....	19
Tabela 7: Necessidade hídrica das Culturas	19
Tabela 8: Enquadramento Biofísico	21
Tabela 9: Características socioeconómicas	21
Tabela 10: Descrição das principais lacunas entre as leis nacionais e as Políticas de Salvaguarda do Banco Mundial	23
Tabela 11: Classificação dos impactos.....	26
Tabela 12: Identificação, avaliação na fase de construção e operação.....	28
Tabela 13: Procedimentos de gestão dos resíduos	35
Tabela 14: Tipos de resíduos, locais de produção, danos e acções	36
Tabela 15: Cronograma de implementação do PGR	38
Tabela 16 Análise de risco	39
Tabela 17: Cronograma de acções e responsabilidades de PHSSO	40
Tabela 18 Acções, responsabilidades e cronograma de implementação do PAE	40
Tabela 19: Equipamentos de segurança, kits de combate a incêndios e contenção de produtos químicos	40
Tabela 20: Potenciais cenários de emergência.....	41
Tabela 21: Procedimentos de emergências	41



MINAGRIF/PDAC



Tabela 22: Acções, responsabilidades e cronograma de implementação do Plano de fertilização, gestão de pragas e doenças.....	42
Tabela 23: Procedimento para armazenamento, manuseio, aplicação e deposição dos pesticidas	42
Tabela 24 Causas e medidas de mitigação dos impactos negativos de pragas e uso de pesticidas, insecticidas	43
Tabela 25: Calendário de monitoria e supervisão	43
Tabela 26: Cronograma de implementação do plano de gestão de pragas e doenças	44
Tabela 27: Acções, responsabilidades e cronograma de implementação do plano de prevenção da COVID-19.....	44
Tabela 28: Objectivos, acções e resultados da estratégia de intervenção.....	45
Tabela 29: Objectivos, acções e resultados da estratégia de intervenção.....	46
Tabela 30: Cronograma de implementação.....	47
Tabela 31: Plano de formação Ambiental e Social	48
Tabela 32: Relatório de monitorização ambiental e social.....	51
Tabela 33: Estimativa de custos	53
Tabela 35: Identificação dos riscos e impactos ambientais e sociais	68



MINAGRIF/PDAC



ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Localização da fazenda.....	15
Figura 2: Localização da fazenda.....	16
Figura 3: Via de acesso à fazenda e pormenor do rio	16



MINAGRIF/PDAC



LISTA DE ACRÓNIMOS

AFD:	Agência Francesa de Desenvolvimento
AIA:	Análise de Impacto Ambiental
BM:	Banco Mundial
BRLi-Sirius:	Empresa contratada pelo PDAC para a prestação de assistência técnica especializada no Corredor
CRA	Constituição da República de Angola
CTI	Comité Técnico de Implementação
EAS/AS:	Exploração e Abuso Sexual e/ou Assédio Sexual
EBRD	Banco Europeu para Reconstrução e Desenvolvimento
EDA:	Estação de Desenvolvimento Agrário
EIA	Estudo de Impacte Ambiental
EPI	Equipamento de Protecção Individual
ETA	Estação de tratamento de Água
ETAR	Estação de Tratamento de Águas Residuais
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
IDA:	Instituto de Desenvolvimento Agrário
IFC:	Corporação Financeira Internacional
IGCA	Instituto Geodésico e Cartográfico de Angola
INE:	Instituto Nacional de Estatística
M & A:	Monitoria e Avaliação
MINAGRIF:	Ministério da Agricultura e Florestas
MINAMB	Ministério do Ambiente
MIP	Manuseio Integrado de Pragas
MIV	Manuseio Integrado de Vectores
MSGR:	Mecanismo de Sugestões e Gestão de Reclamações
OIT:	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial da Saúde
PDAC:	Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial de Angola
PAP	Pessoas afectadas pelo Projecto
PAR	Plano Abreviado de Reassentamento
PGAS:	Plano de Gestão Ambiental e Social
PGR	Plano de Gestão de Resíduos
PHSST	Plano de Higiene Saúde e Segurança no Trabalho
PME:	Pequenas e Média Empresas
PMP	Plano de Manuseio de Pragas
PN:	Plano de Negócio
PSS	Plano de Saúde e Segurança
SIDA	Síndrome de Imunodeficiência Adquirida
TSP:	Prestadores de Serviços Técnicos
UIP:	Unidade de Implementação do Projecto
VBG:	Violência Baseada no Género
VIH	Vírus da Imunodeficiência Humana



MINAGRIF/PDAC



1. INTRODUÇÃO

O presente documento constitui o Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS) do subprojecto **Cooperativa Catepa Ntanda, CRL**. O mesmo visa avaliar os potenciais impactes ambientais e sociais e apresentar medidas para a mitigação e/ou eliminação dos impactos negativos. Na sua elaboração foram tidas em consideração as disposições constantes na legislação angolana e as políticas do Banco Mundial (BM).

O Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial em Angola (PDAC) possui quatro componentes interligadas a serem implementadas simultaneamente, seguindo a sequência lógica de actividades de cada uma delas. Estas componentes têm abrangência nos dois corredores de desenvolvimento para o financiamento de nove cadeias de valor (milho, feijão, soja, café, ovos e frangos, mandioca, batata-doce e batata rena):. Corredor A: cobertura de duas províncias (Cuanza Norte, Malanje); e o Corredor B: cobertura de quatro províncias (Cuanza Sul, Huambo, Bié, Huila).

Tabela 1: Componentes do PDAC

<p>Componente 1: Promoção e apoio ao desenvolvimento do agronegócio</p> <p>Pretende catalisar o potencial da agricultura e do agronegócio apoiando agricultores elegíveis e Pequenas e Médias Empresas (PME) do agronegócio nas áreas do projecto.</p> <p>Subcomponente 1.1: Fortalecimento das capacidades produtividade e comercialização</p> <p>Subcomponente 1.2: Garantias parciais de crédito</p>
<p>Componente 2: Infraestrutura para Produção e Marketing</p> <p>A Componente 2 apoiará investimentos públicos em estradas de serviço agrícola e outras infraestruturas (irrigação e infraestrutura de “último km”).</p> <p>Subcomponente 2.1: Reabilitação de Estradas Rurais</p> <p>Subcomponente 2.2: Apoio a Projectos Públicos de Irrigação</p> <p>Subcomponente 2.3: Conexões de eletricidade rural de último km</p>
<p>Componente 3: Fortalecimento Institucional e Melhoramento do Ambiente de Negócios</p> <p>Irá contribuir para a criação dum ambiente mais propício para o desenvolvimento sustentável do agronegócio, abordando os constrangimentos ao desenvolvimento das cadeias de valor através dum diálogo público-privado, apoiando novas tecnologias nas cadeias de valor prioritárias e fortalecendo a capacidade institucional do MINAGRIF (Ministério da Agricultura e Florestas).</p>
<p>Componente 4: Gestão e monitoria/avaliação do projeto</p> <p>A Componente se concentra na gestão do projeto, monitoria e avaliação (M&A)</p>

O subprojecto “**Cooperativa Catepa Ntanda, CRL**” integra-se na componente 1 (promoção e apoio ao desenvolvimento do agronegócio). A fazenda conta com 7 trabalhadores permanentes e o contrato de trabalho ainda é verbal para todos, aguardando pelo escrito.

1.1. Objectivos e âmbito do PGAS



MINAGRIF/PDAC



O PGAS serve de instrumento de análise e fiscalização das actividades em cada fase do projecto em termos ambientais e sociais com actividades de monitorização e avaliação das acções propostas para a mitigação dos impactos.

Como objectivos específicos tem-se para este PGAS:

- Atender os requisitos legais do Governo Angolano (GA) e do Banco Mundial (BM) para a implementação e operação do subprojecto da agricultura;
- Minimizar os impactos ambientais e sociais associados as etapas de construção, implementação e operação dos subprojectos e os seus efeitos sobre a comunidade e ambiente;
- Garantir a protecção humana, do património cultural e da biodiversidade principalmente de espécies ameaçadas e ecossistemas sensíveis;
- Reduzir e/ou eliminar os impactos negativos no ambiente e riscos de saúde e segurança dos trabalhadores causados pela gestão inadequada de resíduos, efluentes e emissão de gases poluentes, com adopção de práticas adequadas para a gestão dos aspectos ambientais em todas as fases do subprojecto;
- Promover planos de atendimentos a emergências ambientais e outras que representem risco a vida das comunidades e dos trabalhadores do projecto durante as actividades de construção, implementação e operação do projecto.

1.2. Identificação da equipa

A seguir é apresentada uma breve descrição da equipa técnica do TSP BRLi/SIRIUS responsável pela elaboração, supervisão e monitoria da implementação do PGAS, inclusive a formação e papel de cada um no PGAS (Tabela 2).

Tabela 2: Descrição da equipa técnica do TSP BRLi/SIRIUS

Nome	Contacto	Formação	Papel
Daniel Sassepe	daniel.corredorb@sirius.co.ao sassepe@yahoo.com.br Telemóvel: 942 817 594	Eng.º Agrónomo; Pós-Graduado em Ciências do Consumo Alimentar M.Sc. Produção e Tecnologia Alimentar	Implementar os PGAS com base nas orientações do QGAS, orientar, capacitar os proponentes, apoiar na implementação, supervisão e apoiar do MSGR e do plano de mitigação de EAS/AS do PDAC; Participar na preparação e supervisão de medidas e instrumentos de salvaguardas Ambientais e Sociais (FTAS e PGAS)
Irina Portela	irina.corredorb@sirius.co.ao leiteirina@gmail.com Telemóvel: 928 558 872	Eng.ª Geógrafa	Implementar os PGAS com base nas orientações do QGAS, orientar e capacitar os proponentes e apoiar na implementação, supervisão e apoiar do MSGR e do plano de mitigação de EAS/AS do PDAC; Participar na preparação e supervisão de medidas e instrumentos de salvaguardas Ambientais e Sociais (FTAS e PGAS)
Domingos Samy	domingos.corredorb@sirius.co.ao Telemóvel: 922 163042	Eng.º Ambiental	Implementar os PGAS com base nas orientações do QGAS, apoiar na implementação, apoiar do MSGR e do plano de mitigação de EAS/AS do PDAC; Participar na preparação e supervisão de medidas e instrumentos de salvaguardas Ambientais (FTAS e PGAS)



MINAGRIF/PDAC



Nome	Contacto	Formação	Papel
Evaristo Wenda	evaristowenda@gmail.com Telemóvel: 940 525 400	Eng.º Agrónomo	Implementar os PGAS com base nas orientações do QGAS, apoiar na implementação, apoiar do MSGR e do plano de mitigação de EAS/AS do PDAC; Participar na preparação e supervisão de medidas e instrumentos de salvaguardas Ambientais (FTAS e PGAS)
Jacira Cassange	jaciracassange25@gmail.com Telemóvel: 941024099	Assistente Social	Implementar os PGAS com base nas orientações do QGAS, apoiar na implementação, apoiar do MSGR e do plano de mitigação de EAS/AS do PDAC; Participar na preparação e supervisão de medidas e instrumentos de salvaguardas Sociais (FTAS e PGAS)
José Chito	josepereirachito199@gmail.com 943368162	Assistente social	Implementar os PGAS com base nas orientações do QGAS, apoiar na implementação, apoiar do MSGR e do plano de mitigação de EAS/AS do PDAC; Participar na preparação e supervisão de medidas e instrumentos de salvaguardas Sociais (FTAS e PGAS)

1.3. Breve descrição de responsabilidades do TSP, Proponente, PDAC e Banco Mundial (BM)

As responsabilidades da BRLi/Sirius, Proponente (**Sr. Feliciano Luhuma**), PDAC e BM para elaboração, aprovação e implementação do PGAS são descritas em forma própria:

- BRLi/Sirius: Elaboração da Ficha de Triagem Ambiental e social-FTAS, Elaboração Plano de Gestão Ambiental e Social-PGAS, monitoramento a uso de registos de PGAS, colaborar na implementação de medidas de prevenção e mitigação EAS/AS, na divulgação e disponibilização do MSGR junto dos trabalhadores e comunidades envolventes e assistência técnica;
- Proponente: responsável pela implementação de medidas de mitigação social e ambiental, incluindo medidas de prevenção e mitigação de incidentes de EAS/AS;
- PDAC: Implementação e gestão do MSGR, Implementação de protocolo EAS/AS associado ao MSGR, Categorização ambiental e social do subprojecto e supervisão da implementação de PGAS;
- BM: revisão e aprovação dos PGAS.

1.3.1. Níveis de Obrigações e Responsabilidades da BRLi/Sirius

Entre outras obrigações, a BRLi/Sirius deverá garantir que as fases de pré-construção, construção e operação do subprojecto sejam realizadas tendo em conta as recomendações do PGAS.

A BRLi/Sirius compromete-se a orientar os trabalhos da fazenda de forma sustentável, respeitando a comunidade local, seus recursos e meios de sobrevivência, além de garantir a protecção do meio ambiente, a saúde e segurança dos seus trabalhadores e da comunidade em geral.



MINAGRIF/PDAC



Para atingir este objectivo, a BRLi/Sirius deverá:

- Garantir que o PGAS elaborado esteja em conformidade com as políticas operacionais do Banco Mundial e os requisitos legais e ambientais do Governo angolano;
- Promover acções de segurança, saúde e protecção ambiental e social no PGAS;
- Monitorizar e avaliar a eficácia das acções previstas no PGAS no que concerne a saúde, segurança e protecção ambiental e social;
- Garantir condições de correcção de eventuais não conformidades com o PGAS com a implementação de medidas correctivas;

1.3.2. Níveis de obrigações e responsabilidades do proponente

Para o cumprimento das medidas estabelecidas no presente PGAS, o proponente do projecto tem as seguintes responsabilidades:

- **Implementar as medidas previstas no PGAS**

O proponente tem a responsabilidade de implementar todas as acções previstas no PGAS e os mitigar dos potenciais impactos ambientais e sociais das actividades do projecto e promover a boa conduta do trabalhador. Estas acções serão implementadas sob assistência técnica da equipa ambiental e social da BRLi/Sirius.

- **Garantir as condições de segurança, saúde e protecção dos trabalhadores**

O proponente é responsável por adoptar medidas que garantam segurança, saúde e protecção dos seus trabalhadores, como:

- a. Promover condições para o uso de equipamentos de protecção individual.
- b. Garantir condições de saúde dos trabalhadores com a criação de uma área de primeiros socorros.
- c. Garantir moradias condignas, com condições de habitabilidade, higiene e segurança física dos trabalhadores, com quartos e instalações sanitárias separadas por Sexo (homem-mulher) de acordo aos critérios para acomodações dos trabalhadores estabelecidos pela IFC / EBRD:
https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/topics_ext_content/ifc_external_corporate_site/sustainability-at-ifc/publications/publications_gpn_workersaccommodation
- d. Condições salariais adequadas conforme a legislação angolana sobre o direito do trabalhador.
- e. Levar a cabo acções com vista a prevenir a propagação da covid 19.
- f. Garantir a igualdade de género com a contratação equitativa de mulheres.
- g. Garantir a Implementação de todas as medidas de prevenção de riscos de EAS/AS previstas no PGAS e o acesso ao MSGR por todos os trabalhadores.
- h. Implementar medidas de prevenção e protecção dos trabalhadores contra EAS/AS.
- i. Subscrever o Código de Conduta previsto pelo projecto e assegurar a assinatura do Código de Conduta por todos os trabalhadores contratados pelo proponente.
- j. Prever a aplicação de medidas imediatas de protecção e segurança física de sobreviventes de EAS/AS causadas por um trabalhador, incluindo a referência da sobrevivente aos serviços de apoio.
- k. Assegurar o acesso ao MSGR por todos os trabalhadores e comunidade envolvente, disponibilizar um canal de recepção de reclamações/sugestões nas instalações e colaborar na sua divulgação junto dos mesmos.
- l. Cumprir com as recomendações do PGAS, empregando técnicas ambientais e sociais que minimizem os impactos das actividades da Fazenda e reduzam a produção de resíduos,



MINAGRIF/PDAC



minimizem os efeitos da poluição ambiental e previnam efeitos sobre o meio ambiente e comunidade circunvizinha;

- m. Prevenir ou minimizar a ocorrência de acidentes que possam causar danos no ambiente e prevenir ou minimizar, os seus efeitos, além de prevenir a propagação de Doenças sexualmente transmissíveis (DST), EAS/AS, Trabalho infantil e propagação do vírus COVID-19.

1.3.3. Níveis de obrigações e responsabilidades da unidade de implementação do PDAC

- a) Avaliar as fichas de triagem ambiental e social;
- b) Categorizar os subprojectos (definir estudos ambientais e sociais necessários);
- c) Revisão dos PGAS
- d) Implementação e Gestão do MSGR (em colaboração com os TSP's);
- e) Monitorizar a implementação dos PGAS.

1.3.4. Níveis de obrigações e responsabilidades do Banco Mundial

- a) Revisar e aprovar os Planos de Gestão Ambiental e Social;
- b) Revisar e aprovar os relatórios de monitorização da implementação dos PGAS.

1.4. Principais riscos ambientais e sociais associados

Tabela 3: Riscos Ambientais e Sociais associados ao subprojecto da Cooperativa Catepa Ntanda, CRL

Riscos ambientais	Descrição
Contaminação do solo e da água e degradação da paisagem devido a resíduos e efluentes (resíduos sólidos, águas residuais, óleo, combustível, tintas, etc.) gerados em áreas de trabalho, oficinas, estaleiros e a utilização de fertilização química.	As obras de construção e reabilitação previstas têm potencial para a contaminação dos solos e do lençol freático por resíduos sólidos, óleos, combustíveis, tintas, etc. Possível contaminação do solo por óleos e combustíveis das maquinarias e uso de gerador. Contaminação do solo pelo uso de fertilizantes.
Supressão de vegetação, e risco de erosão e assoreamento de corpos d'água próximos ao site durante a limpeza e preparação do terreno para preparação de parcelas agrícolas, colocação de tubagem de irrigação	Supressão da vegetação durante a limpeza e preparação do terreno podem levar a erosão dos solos e assoreamento dos corpos de água.
Geração de poeira, ruído, vibração e gases devido à operação de equipamentos de construção, transporte de materiais de construção e operação de estaleiros de obra	O transporte de materiais e funcionamento de maquinarias resultantes da fase de construção têm potencial para alterar a qualidade do ar, gerar ruídos e vibrações dentro da fazenda e nas comunidades circunvizinhas a fazenda (1-5 km de distância)
Perigos de segurança e saúde ocupacional durante a execução das obras (construção e reabilitação de infraestruturas, parcelas agrícolas, transporte de materiais etc.)	Durante execução das obras de construção e reabilitação de infraestruturas e transporte de materiais. Possíveis conflitos entre a comunidade local e os trabalhadores da construção civil (com movimentação de mão-de-obra externa), entre eles: aumento do risco de casos EAS/AS.
Riscos sociais	Descrição
Perigos de segurança e saúde comunitária durante a execução das obras (construção e reabilitação de infraestruturas, parcelas agrícolas, transporte de materiais etc.)	Perigo para as comunidades circunvizinhas a fazenda durante o transporte de materiais (1- 5 km do site)
Acidentes de trabalho (fase operacional do subprojecto)	Risco de acidentes de trabalho durante o manuseio de máquinas e substâncias químicas perigosas.



MINAGRIF/PDAC



Acidentes nas comunidades próximas (transporte de mercadoria)	Circulação de veículos e máquinas afectos ao subprojecto da fazenda
Afetação da saúde dos trabalhadores e moradores	Ruído, qualidade do ar e vectores de doença
Exploração AbusoSexual e Assédio Sexual (EAS/AS)	<ul style="list-style-type: none">- A ausência de espaços para repouso separados por género para abrigar os funcionários é algo que vai contra a os hábitos e costumes locais (esta limitação pode gerar situações de EAS/AS).- Aumento no risco de EAS/AS devido à implementação de actividades em área de mais difícil supervisão e difícil acesso a serviços de apoio.-Falta de informações suficientes nas comunidades vizinhas sobre os mecanismos existentes para reportar casos de EAS/AS e disponibilidade de serviços de apoio.A ausência de informação sobre os Direitos Humanos e laborais
Exploração laboral e trabalho infantil	<ul style="list-style-type: none">- A ausência de informação sobre os Direitos Humanos e laborais.- Hábito cultural de envolver as crianças nas actividades produtivas familiares;- Crianças fora do sistema de ensino;- Ausência de informação sobre a Lei Geral do Trabalho (LGT).
Conflito entre as comunidades e os Empresários	<ul style="list-style-type: none">- Não empregabilidade do pessoal local.

1.5. Estrutura e conteúdos do PGAS

O presente PGAS está estruturado da seguinte forma:

1. Introdução
2. Descrição do subprojecto
3. Caracterização do meio ambiente e social
4. Enquadramento legal
5. Avaliação dos impactos ambientais e sociais e Medidas de Mitigação
6. Programa de gestão ambiental e social
7. Custos Estimados
8. Anexos



MINAGRIF/PDAC



2. DESCRIÇÃO DO SUBPROJECTO

2.1. Ficha Técnica

Tabela 4: Ficha Técnica da Fazenda

Nome do subprojecto	Cooperativa Catepa Ntanda, CRL	
Representante legal	Feliciano Luhuma	
Localização do projecto	Província	Huíla
	Município	Caluquembe
	Comuna	Ngola
	Aldeia	Tanda
Coordenadas	X: 463549 ; Y: 8437069	
Superfície total	225,6 hectares	
Superfície agrícola	16 hectares	
Tipologia de subprojecto/actividade	Agricultura: milho (16 ha), feijão (16 ha) e batata rena (5 ha)	
Actividades de construção	Sim: 1 Alpendre de 60 m ² , 1 Armazém 100 m ² ; Construção de casas de banho 6 m ² separadas por género ; Espaços para repouso para descanso os trabalhadores 25m ² Fossa séptica 6 m ²	
Actividades de reabilitação	Não.	
Aquisição de equipamento	5 pulverizadores dorsais de 16 litros; 40 pallets/estrados para armazém; 1 pacote ferramentas agrícolas; 1 pacote equipamento de rega gota a gota; 1 moto-serra e 1 Gerador de 15 KVA; 1 pacote de equipamento de escritório.	
Consumo de energia	Um gerador de 7 KVA	
Fontes de água	Rio Quê de caudal permanente, que limita a fazenda a Este e é afluente do rio Cunene.	
Regadio (S/N)	Sim, para batata rena, sistema de irrigação gota-à-gota	
Sequeiro (S/N)	Sim, para as culturas do milho e feijão	
Número de trabalhadores	7 trabalhadores permanentes e os temporários serão contratados conforme as necessidades da fazenda	
	Feminino: 3	Masculinos: 4
Acesso	Fácil. A Cooperativa fica localizada a 33 km da sede de Caluquembe, ao longo da estrada de acesso à comuna da Ngola. Depois do sector da “Vila Branca”, encontramos um desvio com acesso à “Fazenda a Cooperativa Katepa”. Do asfalto até a Cooperativa há uma distância de 17 km, percorridos em 1 hora.	
Destino das águas residuais	As águas residuais serão enviadas para uma fossa séptica	

Obs: 1 hectare equivale a 10.000 m²



MINAGRIF/PDAC



2.2. Localização da fazenda

A fazenda está localizada na aldeia de Tanda, comuna de Negola, Província da Huíla, município de Caluquembe

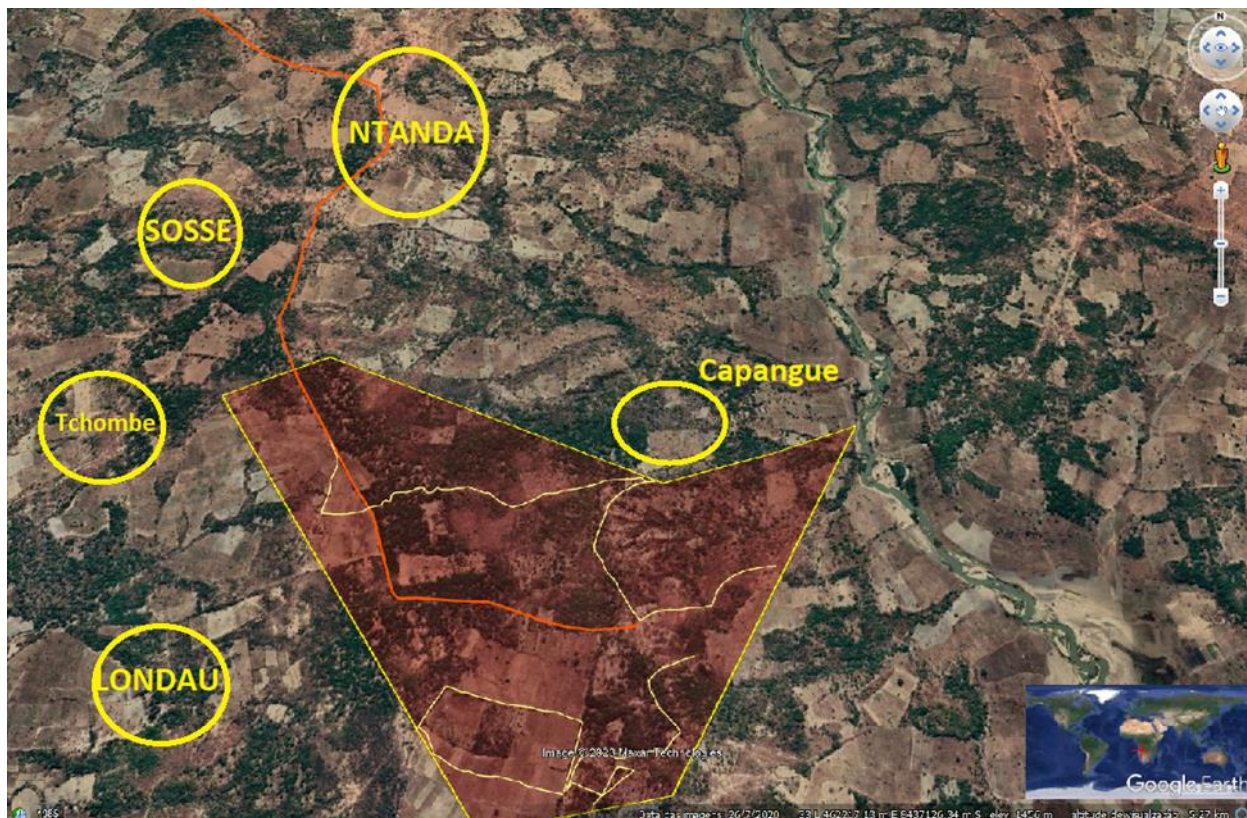


Figura 1: Localização da fazenda

As aldeias mais próximas da fazenda são: Ntanda, Sosse, Capangue, Londau e Tchombe



MINAGRIF/PDAC

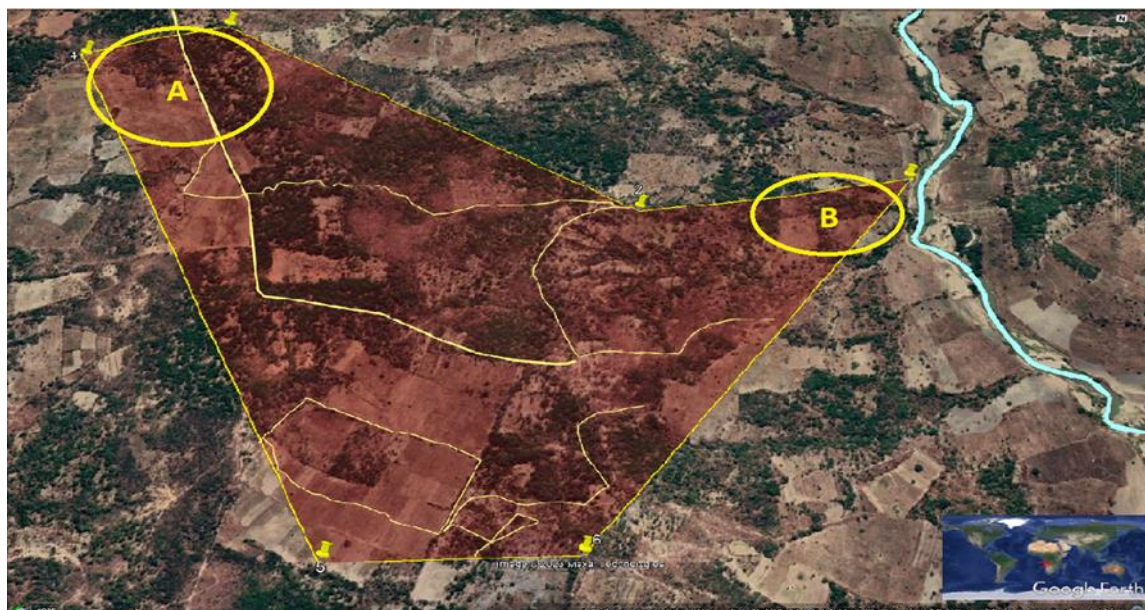


Figura 2: Localização da fazenda

Localização da área da cooperativa katepa (Fazenda), na Aldeia de Tanda na comuna Negola, Província da Huíla, município de Caluquembe. As linhas amarelas representam os caminhos dentro da fazenda. O ponto A é o ponto mais alto, e o B é o baixo da fazenda da cooperativa; De acordo com os dados colhidos pelo IGCA.

OBS: A linha azul, representa o rio Quê, afluente do rio Cunene.



Figura 3: Via de acesso à fazenda e pormenor do rio

A via de acesso a Fazenda da Cooperativa Katepa (Fazenda), na Aldeia de Tanda na comuna Negola, Província da Huíla, município de Caluquembe, com uma distância de 17 km da estrada



MINAGRIF/PDAC



asfaltada (linha amarela) que liga o município a comuna (linha castanha). De acordo com os dados colhidos pelo IGCA.

2.3. Objectivos do subprojecto

- Intensificar a produção de milho, feijão e batata rena numa extensão de 16 ha;
- Aumentar a produtividade das culturas com uso de alta tecnologia;
- Alcançar uma estabilidade financeira em médio prazo (3 a 5 anos);
- Oferecer produtos de qualidade, para o mercado nacional;
- Promover o desenvolvimento social da Fazenda e das comunidades com integração dos assuntos de equidade de Género, ambiente, higiene e segurança ocupacional;
- Melhorar em termos de quantidade, qualidade, produtividade e regularidade da produção com uso de tecnologias melhoradas;

No 1º e 2º ano de produção foi definido começar a sementeira na época 1 e para implementar a rotação bienal de culturas, a área total é de 16 ha,

Em sequeiro:

- Milho 1ª Época: 16 hectares, 64 toneladas/ano;
- Feijão 2ª Época: 16 hectares, 24 toneladas/ano

Em regadio:

- Batata rena em regadio 3ª Época: 5 hectares, 125 toneladas/ano;

A partir do 3º ano em diante a rotação também iniciar na época 1 e para implementar a rotação bienal de culturas, a área total continuara sendo de 16 ha:

Em sequeiro:

- Milho 1ª Época: 16 hectares, 96 toneladas/ano;
- Feijão 2ª Época: 16 hectares; 32 toneladas/ano

Em regadio:

- Batata rena em regadio 3ª Época: 10 hectares, 300 toneladas/ano.

2.4. Plano de Produção

O plano de negócio contempla a produção de 16 hectares (16 ha de milho, 16 ha de feijão e 4 ha batata rena no primeiro ciclo) até ao fim do projecto.

2.5. Descrição das actividades previstas

Como principais actividades na implementação do projecto podemos destacar as seguintes:

- Definição do cronograma para a realização de actividades como: aplicação de calcário dolomítico, lavoura, gradagem, adubação, sementeira, uso de inoculantes e fertilizantes biológicos, fertilização, calagem e realização de boas práticas anti-erosivas, mesmo que o terreno esteja bastante plano, instalação de culturas, rotação de culturas, parcelamentos bem como adubação verde, sacha e colheita e vendas dos produtos.
- Plantação de árvores em direção contrária ao sentido dos ventos predominantes;
- Operações de pós-colheita e venda;
- Planeamento anual das culturas a semear e das necessidades de insumos, compra dos insumos e outros consumíveis;
- Operações culturais do trabalho de solo, sementeira, amanhos culturais até a colheita;



MINAGRIF/PDAC



- Contratação de mão-de-obra eventuais.

E em termos de investimentos em equipamentos iniciais:

- Aquisição de 1 balança de 200 Kg de capacidade;
- Aquisição de 1 medidor de humidade;
- Aquisição de 5 Pulverizadores dorsais;
- Aquisição de Ferramenta agrícola;
- Aquisição de Kit de tubagem para rega gota-a-gota 5 ha;
- Aquisição de 1 motobomba de 3 cilindros 4 polegadas;
- Aquisição de 1 compressor 10 bar, mangueira e pistola.

E em termos de investimentos em infraestruturas iniciais:

- Construção de 1 Alpendre de 60 m²;
- Construção de 1 Armazém 100 m²;
- Casas de banho 6 m² separadas por género
- Espaços para repouso para descanso os trabalhadores 25m²
- Fossa séptica de 6 m²

Equipamentos:

- Aquisição de 10 pulverizadores dorsais de 16 litros;
- Aquisição de pallets/estrados para armazém;
- Aquisição de ferramentas agrícolas.
- Aquisição de equipamento de rega
- Aquisição de uma moagem com uma capacidade de 150 a 200 kg/H
- Gerador de 15 KVA

Os impactos ambientais e sociais positivos associados à execução das obras de construção prendem-se, fundamentalmente com:

- Facilidade de circulação de pessoas e bens;
- Incremento das actividades económicas;
- Criação de postos de trabalho e acesso ao emprego;
- Promoção do desenvolvimento as comunidades
- Reordenamento das parcelas principalmente dos mais vulneráveis;

2.6. Principal tecnologia que será adoptada

As tecnologias a serem utilizadas na fazenda estão descritas no plano de negócio deste subprojecto.

2.7. Equipamentos a adquirir

A fazenda não possui equipamentos nem máquinas agrícolas, mas o plano de negócio prevê a aquisição dos equipamentos da tabela abaixo:

Tabela 5: Equipamentos a adquirir âmbito do PN

Item	Equipamento	Quantidades	Características
1	Pulverizadores	10	Dorsais de 16 Litros;
2	Pallets	40	Estrados de madeira
3	Ferramenta agrícola	1	Instrumentos de utilização diária pelos trabalhadores permanentes e temporários para actividades de sacha e limpeza. Ex: enxadas, catanas, machados.



MINAGRIF/PDAC



Item	Equipamento	Quantidades	Características
4	Sistema de Rega	1	Gota-gota
5	Gerador	1	15 KVA
6	Equipamento de escritório	1	Material informático, mobiliário e outros apetrechos
7	Medidor de humidade	1	Humidade de grãos
8	Tubagem para rega	1	De 2” e 3”
9	Motobomba	1	4” a gasóleo
10	Balança	1	200 de capacidade
11	Tractor MF	1	85 HP
12	Charrua	1	3 D
13	Grade	1	16 D
14	Charrua de aiveca	1	Tracção animal
15	Motobomba	1	A gasóleo
16	Tubagem de rega	1	2 “, 3” e 4” com fitas
17	Reboque para tractor	1	5 toneladas de capacidade
18	Compressor	1	Completo, mangueira e pistola

2.8. Resíduos gerados

Os principais resíduos produzidos na fazenda são:

Tabela 6: Principais resíduos produzidos na fazenda

Categorias	Quantidade (kg)/mês
Matéria orgânica perecível	20
Plástico	10
Papel e papelão	10
Vidro (; lâmpadas)	3
Metal ferroso	4
Material não ferroso	7
Madeira	10
Pano, trapo, couro e borracha	20
Contaminante biológico	05
Contaminante químico	05
EPI's usados	6
Isca para ratos	2
Cinzas	5
Outros	4

2.9. Necessidades hídricas das culturas e para consumo humano

O presente projecto tem como actividade principal a produção e comercialização das respetivas culturas (milho, feijão, e batata rena) numa área de 16 hectares.

As culturas serão instaladas em sistema de sequeiro, contando com as chuvas excepto a batata rena que será em sistema de irrigado gota a gota. De uma maneira geral o consumo é demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 7: Necessidade hídrica das Culturas

Culturas	Consumo por Ciclo
Milho	500 mm á 800 mm
Feijão	300 mm



MINAGRIF/PDAC



Batata Rena	250 mm e 550 mm
-------------	-----------------

Obs: 1 mm de chuva equivale a 1 litro/m².

Tendo em conta o clima da região, em que os valores das especificações pluviométricas anuais ultrapassam os 1000 mm, as necessidades hídricas das culturas serão supridas pelas chuvas.

No que diz respeito aos recursos hídricos, não há problema, porque a fazenda tem uma nascente no seu interior **Quê** de caudal permanente durante todo ano, que serve para o consumo dos trabalhadores, recomenda-se que a mesma seja tratada a base de cloro e armazenada em recipientes adequados e higienizados.

2.10 Efluentes

A zona do subprojecto não dispõe de infra-estruturas essenciais, incluindo rede colectora de águas residuais e pluviais. Tendo em conta a natureza do subprojecto serão lançados unicamente efluentes residuais oriundos das instalações sanitárias e refeitório. As águas residuais serão enviadas para uma fossa séptica.



MINAGRIF/PDAC



3. CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL E SOCIAL

3.1. Caracterização biofísica

Tabela 8: Enquadramento Biofísico

Aspectos Ambientais	Descrição
Clima	A zona enquadra-se no clima mesotérmico, de estação seca no inverno. A precipitação varia entre 800 e 1200mm; com grande probabilidade de ocorrência de pequeno cacimbo nos meses de Janeiro e Fevereiro. A temperatura varia entre 20°C e 22°C. E também a grande probabilidade de ocorrência de geada em Julho, especialmente em zonas baixas.
Vegetação	Estrato arbóreo de pequeno porte dominado por bosque de miombo ((Brachystegia Julbernardia) e áreas de savana e formações de Ongote nos vales e pelo tipo de vegetação, que envolve as anharas de alto.
Biodiversidade	Não existem animais de grande porte na fazenda com exceção os de recolção (ratos, toupeiras, aves, entre outros)
Solos	O solo da Cooperativa é de textura média e coloração crómica, profundidade razoável, boa permeabilidade, bom teor em matéria orgânica; e tem boa capacidade para retenção de água moderada, sem sinais de salinidade. Portanto, possui média fertilidade intrínseca, coberto por mata de panda, é fracamente ferrálico pardacento, pouco estruturado, profundo e de boa drenagem. A topografia é meio suave, com um declive entre 1.6 e 3.6 %, precisando de algumas medidas anti-erosivas.
Hidrografia	A cooperativa fica ao lado do rio Quê. O rio Quê serve de limite a Este. É permanente e de grande caudal, com capacidade para alimentar um plano de irrigação de até 10 há, com margens de grande potencial para o desenvolvimento de nacas. Tem uma eletrobomba, uma operacional, com tubagem de 60 metros de comprimentos.
Qualidade do Ruído	O ruído na envolvente é característico de zonas agrícolas originado pela movimentação de motorizadas, circulação de veículos agrícolas, funcionamento de equipamentos e movimentação de veículos de transporte de mercadorias..
Qualidade do Ar	Na área do subprojecto, a existência de poeiras deve-se à movimentação de veículos e preparação do solo... Considera-se que a qualidade do ar é boa, por ser característica de áreas rurais.
Área de conservação	Não existe nenhuma área de conservação na envolvente da fazenda.

3.2. Caracterização socioeconómica

Tabela 9: Características socioeconómicas

Aspectos Social	Descrição
Características geográficas e demografia	Superfície: 3054 km ² População: 169 000 hab. Densidade populacional: 98 hab./km ² Caluquembe é uma cidade e município da província da Huíla, em Angola. Tem cerca de 169 mil habitantes. É limitado a norte pelo município da Ganda, a leste pelos municípios de Caconda, Chicomba e Matala, a sul pelo município de Quipungo e a oeste pelos municípios de



MINAGRIF/PDAC



	Cacula, Quilengues e Chongoroi. O município é constituído pela comuna-sede, correspondente à cidade de Caluquembe, e pelas comunas de Calépi e Ngola.
Características culturais	A população é maioritariamente composta pelo grupo etnolinguístico Umbundo.
Actividades económicas	Agricultura, a pesca, pecuária e comércio informal
Infraestruturas sociais	Escola do Ensino Primário

4. ENQUADRAMENTO LEGAL

O PGAS da Cooperativa Catepa Ntanda, CRL, foi concebido para ser implementado segundo as normas legislativas ambientais e sociais da República de Angola e alinhadas às Políticas de Salvaguardas Ambientais e Sociais do Banco Mundial aplicáveis ao PDAC.

4.1. Legislação Ambiental e Social e Políticas de Salvaguardas do Banco Mundial

Legislação Ambiental angolana

- Lei nº 5/98 de 19 de Junho- Lei de Bases do Ambiente
- Lei n.º 6/17 - Lei de Bases de Florestas e Fauna Selvagem
- Lei nº 6 / 02, de 21 de Junho- Lei das Águas
- Lei nº 09/04, de 9 de Novembro- Lei de Terra
- Decreto Presidencial Nº 117/20 de 22 de Abril- Regulamento Geral de Avaliação de Impacte Ambiental e do Procedimento de Licenciamento Ambiental
- Decreto Presidencial n.º 190/12, de 24 de Agosto - Regulamento Sobre a Gestão de Resíduos
- Decreto Presidencial n.º196/12, de 30 de Agosto- Plano Estratégico para a Gestão de Resíduos Urbanos (PESGRU)
- Decreto Presidencial nº 194/11, de 07 de Julho - Aprova o Regulamento sobre Responsabilidade por danos Ambientais.
- Decreto Presidencial nº 261/11, de 6 de Outubro- Sobre a Qualidade da Água
- Decreto Presidencial n.º 82/14 de 21 de Abril- Regulamento De Utilização Geral Dos Recursos Hídricos
- Decreto Executivo n.º 92/12 de 1 de Março - Termos de Referência para a Elaboração de Estudos de Impactes Ambientais
- Decreto Executivo n.º 17/13 de 22 de Janeiro- Gestão de resíduos de demolição e construção
- Decreto Executivo nº 6/96 de 2 de Fevereiro, Sobre a legislação de saúde e Segurança ocupacional e Decreto 31/95 de 5 Novembro- Regulamento relativo aos sistemas de Saúde e Segurança Ocupacional.

Legislação Social angolana

- Lei nº 7/04 de 15 de Outubro- Lei de Bases da Protecção Social
- Lei Nº 25/12 de 22 de Agosto- Lei de Protecção e Desenvolvimento Integral da Criança (Lei nº 25/12)
- Lei nº 7/15, de 15 de Junho- Lei Geral do Trabalho
- Lei nº 25/11 de 14 de Julho- Violência Doméstica
- Decreto 31/95 de 5 Novembro- Regulamento relativo aos sistemas de Saúde e Segurança Ocupacional.



MINAGRIF/PDAC



- Decreto n.º 43/03 de 4 de Julho- Regulamento sobre o VIH/ SIDA, Emprego e Formação Profissional
- Decreto n.º 53/05 de 15 de Agosto- Regime jurídico dos acidentes de trabalho e doenças profissionais
- Decreto Presidencial 222/13 de 24 de Dezembro- Política Nacional para a Igualdade e Equidade de género e a respectiva Estratégia de advocacia e mobilização de recursos para implementação e monitoria da política
- Lei n.º 1/21 de 7 de janeiro- Lei das Expropriações
- Lei n.º 22/11, de 17 de junho- Lei da Proteção de Dados Pessoais

Políticas Operacionais do BM

- OP 4.01 Avaliação Ambiental
- OP 4.04 - Habitat Natural
- O.P. 4.37 - Segurança de barragens/represas
- OP 4.09 - Gestão de Pragas
- OP 4.11 Recursos físicos e culturais
- OP 4.12 - Reassentamento Involuntário

4.2. Avaliação das lacunas da legislação e recomendações

A avaliação das lacunas legislativas é necessária para verificar se a estrutura legislativa existente no país é adequada para a gestão social e ambiental eficaz e se a estrutura legislativa apoia as políticas de salvaguarda do Banco Mundial. (Ver tabela a seguir)

Tabela 10: Descrição das principais lacunas entre as leis nacionais e as Políticas de Salvaguarda do Banco Mundial

Aspecto	Leis de Angola	Exigência do Banco Mundial	Lacuna ou Conflito
O EIA é necessário para actividades de infraestruturas proposta	O Decreto Presidencial N.º 117/20 de 22 de Abril sobre o Regulamento Geral de Avaliação de Impacte Ambiental e do Procedimento de Licenciamento Ambiental. Este regulamento estabelece as normas e procedimentos que regulam a avaliação de impacte ambiental de projectos públicos e privados e do procedimento de licenciamento ambiental. Este diploma revoga o Decreto N.º 51/04 de 23 de Julho sobre a Avaliação de Impacte Ambiental e o Decreto N.º 59/07 de 13 de Julho sobre o Licenciamento Ambiental.	A PO 4.01 exige EIA completo para todos os projectos classificados como sendo de Categoria A. Para projectos de Categoria B, alguma forma de avaliação ambiental é necessária, geralmente menos rigoroso do que um EIA completo e muitas vezes tomando a forma de um Plano de Gestão Ambiental (PGA).	Sem lacunas assinaláveis
Gestão de Pragas	Angola tem um regulamento para a produção, importação, comércio e utilização de pesticidas aprovados 1965 durante a era colonial. Através deste regulamento, o Ministério	A política de Gestão de Pragas do Banco Mundial (PO 4.09) promove o uso de técnicas Gestão Integrada de Pragas que visam minimizar o uso de pesticidas sintéticos. Ela	O regulamento angolano de gestão de pesticidas é antigo e pode não ser capaz de lidar com as necessidades da agricultura comercial em vigor. Pelo que se recomenda a



MINAGRIF/PDAC



Aspecto	Leis de Angola	Exigência do Banco Mundial	Lacuna ou Conflito
	da Agricultura tem um mandato para gerir pesticidas no país.	promove o uso seguro, manuseamento, armazenagem e eliminação de pesticidas químicos aprovado	aplicação dos padrões do Banco Mundial.
Reassentamento involuntário	<ul style="list-style-type: none"> • A Constituição da República de Angola –o nº2 do artigo 15 - reconhece às comunidades locais o acesso e o uso das terras, nos termos da lei sem prejuízo da possibilidade de expropriação por utilidade pública, mediante justa indemnização, nos termos da lei. • Lei de Terras, a Lei n. 9/04 - O Estado só pode expropriar terras se for utilizado para uma finalidade pública. • Lei de Ordenamento do Território e Urbanismo, a Lei n. 3/04, artigo 20 • Direito Ambiental, Lei nº. 5/98 – Assume que o desenvolvimento de qualquer infraestrutura que tem um impacto ambiental ou social deve incluir uma consulta prévia com a população afectada. 	PO 4.12 requer o desenvolvimento de Plano de Reassentamento para abordar os impactos económicos e sociais resultantes de investimentos assistidos pelo Banco e que resultam da tomada involuntária de terras, resultando em (i) mudança ou perda de abrigo; (ii) perda de bens ou acesso a bens; ou (iii) perda de fontes de renda ou meios de subsistência, independentemente se as pessoas afectadas devem ou não mudar para outro local; ou (B) a restrição involuntária de acesso a parques e áreas designadas legalmente protegidos, resultando em impactos adversos sobre meios de subsistência das pessoas deslocadas.	Embora peças de legislação angolana abordem assuntos relacionados ao reassentamento, não foi identificada uma regulamentação específica sobre o reassentamento como resultado das actividades económicas. A política do Banco Mundial e Padrão de Desempenho GBM deve ser aplicada em caso de necessidade de reassentamento. O QPR fornece mais orientações sobre este assunto.
Saúde e Segurança no Trabalho	•Lei Geral do Trabalho (Lei 7/15) – A nova lei aplica-se a todos os trabalhadores que prestam actividades remuneradas por conta de um empregador, no âmbito da organização e sob a autoridade e direcção deste, em empresas públicas, mistas, privadas, cooperativas, organizações sociais, organizações internacionais e nas representações diplomáticas e consulares existentes no território da República de Angola.	O BM elaborou Manuais de Procedimentos de Revisão Ambiental e Social (ESRP) que definem as tarefas aprovadas pela administração da GBM para alcançar a conformidade do cliente com as Normas de Política e Desempenho sobre Sustentabilidade Ambiental e Social, Política de Acesso à Informação e Diretrizes de Saúde, Segurança e Meio Ambiente (EHS).	Pouco rigor na observância das normas sobre a SST (implementação e controlo quase inexistente; existência de poucos profissionais de SST e SST percebido como impedimento).
Consultas Públicas	Regulamento Geral de Avaliação de Impacte Ambiental e do Procedimento de Licenciamento (Decreto Presidencial 117/20 de 22 de Abril) Os projectos sujeitos à avaliação de impactos ambiental são obrigatoriamente sujeitos a consultas públicas promovidas	O processo de consulta deverá envolver :(i) consultas a grupos de interesse que exigem atenção especial (grupos focais), agências nacionais, ONGs i (ii) reuniões abertas ao público nos municípios. As consultas deverão iniciar na fase de selecção	Na legislação nacional as consultas públicas são feitas após a elaboração e análise do EIA, convocadas pelo órgão ministerial e organizadas pelo proponente. Os projectos que passam pela consulta pública são projectos indústrias e de obras porque têm maior impacto



MINAGRIF/PDAC



Aspecto	Leis de Angola	Exigência do Banco Mundial	Lacuna ou Conflito
	pelo departamento ministerial do ambiente.	do local do projecto, triagem do projecto, elaboração de documentos (PGAS).	O BM exige consulta pública para todos os subprojectos e são realizados pelo TSP's para cada subprojecto ou um conjunto de subprojectos no âmbito da elaboração do PGAS.
Triagem Ambiental e Social	Regulamento Geral de Avaliação de Impacte Ambiental e do Procedimento de Licenciamento (Decreto Presidencial 117/20 de 22 de Abril) Os projectos sujeitos à avaliação de impactos ambiental são sujeitos a triagem ambiental no portal de registo dos projectos SIA (Serviço Integrado de Avaliação) do Ministério do Ambiente (MINAMB)	Banco Mundial realiza triagem ambiental de cada projecto proposto para determinar a extensão apropriada e tipo de avaliação ambiental exigido. A OP 4.01 do Banco sobre avaliação ambiental classifica o projecto proposto em uma das quatro categorias A, B, C e D, dependendo do tipo, localização, sensibilidade escala do projecto e da natureza e magnitude dos impactos ambientais previstos.	Não existem conflitos ou lacunas assinaláveis uma vez que o processo de triagem ambiental e social do Banco Mundial cumpre com os requisitos da legislação ambiental angolana para triagem e parecer ambiental dos subprojectos registados no portal do MINAMB O BM exige uma ficha de triagem ambiental e social que prevê a pré-avaliação ambiental e social do subprojecto antes da elaboração do PGAS e das consultas públicas.



MINAGRIF/PDAC



5. AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS E MEDIDAS DE MITIGAÇÃO

Neste capítulo são apresentados a metodologia e os critérios utilizados para determinar os potenciais impactos ambientais e sociais ligados à implementação do projecto.

5.1. Metodologia de identificação e avaliação dos impactos ambientais e sociais

Definição dos impactos: “Um impacto é qualquer mudança ambiental, para melhor ou para pior, especialmente com efeitos no ar, na terra, na água, na biodiversidade e na saúde das pessoas, resultante de actividades humanas.” – Decreto Presidencial nº 117/20 de 22 de Abril. A metodologia utilizada foi a **matriz de interação** que consiste em uma listagem de controle bidimensional onde são relacionados os aspectos e impactos ambientais.

Os impactos podem ser de natureza positiva ou negativa. É negativo quando ocorre uma alteração indesejável no ambiente e positivo quando ocorre uma alteração desejável, ou seja, quando ocorre uma melhoria no ambiente. A significância de determinado impacto é definida como uma combinação entre a consequência do impacto que está a ocorrer e a probabilidade que o impacto venha a ocorrer. Os critérios usados para determinar a consequência do impacto são apresentados na tabela seguinte:

Segue na tabela abaixo a classificação dos impactos ambientais e sociais utilizadas na elaboração do presente PGAS.

Tabela 11: Classificação dos impactos

Classificação	Definição de Classificação	Pontuação
A. Âmbito – a área onde se vai sentir o impacte		
Local	Confinado à área do projecto	1
Regional	Os efeitos do impacto podem atingir áreas num raio de 1- 5km do local do projecto	2
(Inter)regional	Podem atingir áreas num raio entre 5km- 10km do local do projecto.	3
B. Intensidade – a magnitude do impacte em relação à sensibilidade do meio receptor		
Baixa	As funções e processos naturais e/ou sociais são alterados de forma ínfima.	1
Média	As funções e processos naturais e/ou sociais continuam, embora de forma alterada.	2
Elevada	As funções e processos naturais e/ou sociais são gravemente alterados.	3
C. Duração – o período durante o qual se sentirá o impacte		
Curto prazo	Até 6 meses.	1
Médio prazo	6 meses a 2 anos.	2
Longo prazo	Mais de 2 anos.	3
D. Probabilidade do impacte – a probabilidade de ocorrência do impacte		
Baixa	<40% de probabilidade de ocorrer	1
Média	Entre 40%- 70% de probabilidade de ocorrer	2
Alta	>70%-90% de probabilidade de ocorrer	3
Reversibilidade		
Reversível	As medidas de mitigação são capazes de reverter as acções dos impactos	1
Irreversível	As medidas de mitigação não são capazes de reverter as acções dos impactos	2
Significância (D+R+M+A)		
Pouco significativo	Quando as consequências do impacto são pouco significativas	4-14
Significativo	Quando as consequências do impacto são significativas	15-28
Muito significativo	Quando as consequências do impacto são muito significativas	29-42
Grau de impacto (S x P)		
Fraco	Quando o impacto tem baixa probabilidade de ocorrência e é pouco significativo	4-14
Moderado	Quando o impacto tem média probabilidade de ocorrência e é significativo	15-28
Forte	Quando o impacto tem alta probabilidade de ocorrência e muito significativo	29-42
Natureza		



MINAGRIF/PDAC



Os impactos são classificados como Positivos, quando resultar em melhoria da qualidade ambiental e Negativo, quando resultar em danos ou perturbação em algum componente ambiental,



MINAGRIF/PDAC



5.2. Avaliação dos impactos ambientais e sociais e medidas de mitigação

Tabela 12: Identificação, avaliação na fase de construção e operação

Aspecto ambiental/Social	Actividades/Riscos	Impacto	Medidas de Mitigação	Responsabilidade
Aspecto Ambiental				
	Actividades de construção: <ul style="list-style-type: none"> • Alpendre de 60 m2, 1 Armazém 100 m2 • Casas de banho 6 m2 separadas por género • Espaços para repouso para descanso os trabalhadores 25m2 • Fossa séptica 6 m² 	<ul style="list-style-type: none"> • Contaminação dos solos por derrame de combustíveis e lubrificantes • Produção Resíduos de Construção e demolição. • Intrusão visual resultante do acúmulo de resíduos de construção civil • Descarte inadequado de resíduos 	<ul style="list-style-type: none"> • Cumprir com as orientações do Plano de Gestão de Resíduos. • Seleccionar um local adequado para a deposição dos resíduos de construção. Estes resíduos deverão ser geridos adequadamente e de acordo a legislação nacional nomeadamente Decreto Executivo n° 17/13 sobre os Resíduos de Construção e Demolição e o Decreto Presidencial n° 190/12 sobre o Regulamento de Gestão de Resíduos 	Proponente com apoio técnico do TSP
Solo	<ul style="list-style-type: none"> • Uso inadequado de fertilizantes • Preparo inadequado do solo • Manutenção de máquinas e equipamentos causando derrame de combustíveis e lubrificantes • Trocas inadequadas de combustíveis • Uso de equipamentos (máquinas e gerador) • Supressão de vegetação 	<ul style="list-style-type: none"> • Compactação do solo • Erosão do solo /Salinização no solo • Redução da qualidade do solo reduzindo a taxa de infiltração e as características do solo • Contaminação dos solos • Redução e/ou eliminação da biodiversidade • Risco de erosão dos solos 	Realizar sempre a preparação do solo na época certa de cultivo. <ul style="list-style-type: none"> • Realizar sempre a manutenção de equipamentos e maquinaria em locais apropriados e impermeabilizados. • Impermeabilizar ou pavimentar conforme legislação os recintos de manutenção regular equipamentos e máquinas, oficina, armazenamento e abastecimento de combustíveis e zonas de geradores e construir bacias de decantação de hidrocarbonetos para conter possíveis derrames acidentais de combustíveis e lubrificantes. • Os resíduos e efluentes residuais resultantes desse processo devem ser devidamente armazenados e encaminhados para um destino final ambientalmente adequado. • Elaboração e implementação de um plano de gestão de pesticidas segundo as recomendações da FAO (http://www.fao.org/fileadmin/templates/agphome/documents/Pests_Pesticides/Code/CODE_2014Sep_ENG.pdf.) • Qualquer pesticida diluído não utilizado que não possa ser aplicado à cultura - junto com água de enxague e pesticidas desactualizados ou não 	Proponente com apoio técnico do TSP



MINAGRIF/PDAC



Aspecto ambiental/Social	Actividades/Riscos	Impacto	Medidas de Mitigação	Responsabilidade
			<p>mais aprovados - deve ser descartado como resíduo perigoso, de acordo com Directrizes da IFC.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Recipientes de pesticidas vazios, lacres de alumínio e tampas devem ser enxaguados três vezes, e as lavagens usadas no tanque de pesticidas deve ser pulverizado de volta para o campo ou descartado como resíduo perigoso em uma maneira consistente com as recomendações da IFC. • Os fertilizantes devem ser armazenados na sua embalagem original e em local devidamente identificado com placas de sinalização. • O seu uso deverá ser de acordo com as orientações internacionais e responder às medidas de protecção do ambiente. • Promover a adopção da técnica de rotação de culturas com leguminosas. • Elaborar e implementar de um programa de fertilizantes balanceados para cada unidade de manejo do solo 	
Recursos Hídricos	<ul style="list-style-type: none"> • Deposição inadequada dos resíduos que poderá ocorrer junto de linhas de água, bem como o tratamento de águas residuais/efluentes • Má gestão de recursos hídricos • Actividades relacionadas Local de tratamento dos resíduos • Supressão da vegetação e risco de erosão • Uso incorreto de produtos químicos agrícolas; 	<ul style="list-style-type: none"> • Contaminação do rio Quê; • Desperdício de água • Perda da biodiversidade aquática • Riscos de erosão dos solos 	<ul style="list-style-type: none"> • A rega deverá ser feita nas primeiras horas e no fim do dia;¹ • Instalação de fossas sépticas (ou equivalentes) para a recolha das águas residuais, incluindo os efluentes das lavagens dos equipamentos. • Seleccionar empresas devidamente certificadas pelas autoridades competentes, para a gestão de efluentes. • Antes de serem descarregados no meio receptor, os efluentes devem ser tratados sempre que possível e se disponível, de forma a cumprir os critérios mínimos de qualidade estabelecidos pelas directrizes nacionais sobre qualidade de efluentes e tratamento de águas residuais. • Determinar áreas menos sensíveis em termos de erosão e sensibilidade da biodiversidade para o lançamento de efluentes residuais produzidos na fazenda, após tratamento. Esta descarga apenas poderá ser efectuada em 	Proponente com apoio técnico do TSP



MINAGRIF/PDAC



Aspecto ambiental/Social	Actividades/Riscos	Impacto	Medidas de Mitigação	Responsabilidade
	<ul style="list-style-type: none"> Gestão incorreta de substâncias perigosas, incluindo óleo contaminado; Sedimentos pode se tornar num poluente significativo dependendo das suas propriedades físicas e químicas. Técnicas de cultivo inapropriadas Supressão da vegetação Instalação do sistema de irrigação por gota a gota 		<p>local indicado pelas autoridades relevantes e após a sua aprovação pelas mesmas.</p> <ul style="list-style-type: none"> Acondicionamento de resíduos em local devidamente indicado e adequado à boa recepção dos resíduos, antes de serem encaminhados para destino final. Armazenar o escoamento de períodos chuvosos para uso durante os períodos de seca usando tanques, lagoas, cisternas, e barragens de terra. 	
Qualidade do ar	<p>Funcionamento dos equipamentos e geradores de energia a diesel</p> <p>Preparação de terras de agricultura durante a época seca.</p> <p>Construção de infra- estruturas físicas como armazém e escritório</p> <p>Gestão inadequada de resíduos</p>	<p>Degradação da qualidade do ar</p> <p>Geração de ruídos e poeiras</p> <p>Emissões de fumos</p>	<ul style="list-style-type: none"> Uso de máscaras em caso de poeiras. Fornecer aos trabalhadores equipamentos de protecção individual (EPI) adequados. Capacitar o pessoal para o manuseio adequado de produtos químicos Acções de reutilização e redução de resíduos (conforme o plano de gestão de resíduos). Cultura de separação dos resíduos perigosos e não perigosos Evitar a selecção de áreas com elevados valores de biodiversidade, tais como habitats críticos ou naturais, zonas com altos valores de conservação. Aproveitamento dos resíduos como fertilizantes de forma mans impactante (incorporação do solo) Correcto manuseio dos sistemas de tratamento de água para que estes não sejam fontes de emissão de gases e odores 	<p>Proponente com apoio técnico do TSP</p>



MINAGRIF/PDAC



Aspecto ambiental/Social	Actividades/Riscos	Impacto	Medidas de Mitigação	Responsabilidade
Gestão de resíduos	<p>Gestão inadequada de resíduos (resíduos de construção, os recipientes dos pesticidas, pesticidas obsoletos e as respectivas embalagens, produtos de limpeza.</p> <p>Limpeza do terreno para preparação de parcelas agrícolas da Cooperativa Catepa Ntanda, CRL.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Poluição atmosférica • Contaminação dos solos e da água • Exposição a produtos tóxicos • Contaminação do solo e da água e degradação da paisagem • Potencial de poluir as águas superficiais e o lençol freático (amónia e nitratos). (Efeitos sobre a qualidade da água) 	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar que todas as embalagens de pesticidas e herbicidas são recolhidas do campo após o seu uso, devem ser feito a tripla lavagem das embalagens e as águas resultantes devem ser despejadas numa fossa séptica e as embalagens cortadas em pedaços pequenos e estar devidamente armazenados num local a mais de 50 m do local de frequência dos trabalhadores até o descarte final. • Os resíduos perigosos, sempre que forem gerados, devem ser colocados num recipiente estanque para evitar derrames e lixiviação e ser controlados e manuseados de modo a não colocar em perigo o ambiente a as pessoas. • Não queimar embalagens, plásticos, ou outros resíduos sólidos; • Descartar os resíduos em locais apropriados para a sua eliminação ou reciclagem (conforme o plano de gestão de resíduos). • Os resíduos de palha podem ser reciclados e incorporados no solo para reposição de nutrientes. • Criar um sistema de recolha de resíduos de pesticidas e herbicidas após o uso e de forma adequada armazenado até a Deposição final (acções de fiscalização no campo). • Fornecer treinamento e orientação aos trabalhadores sobre gestão de resíduos. • Assegurar que os resíduos não sejam queimados. • Os resíduos orgânicos (restos de alimentos) serão reciclados para a alimentação dos animais da fazenda. • Realizar a manutenção de equipamentos e maquinaria em locais apropriados e impermeabilizados. Os resíduos resultantes desse processo devem ser devidamente armazenados e encaminhados para local apropriado de deposição final para a proteção do solo. • Identificar os locais adequados para o depósito de entulho e materiais sobrantes resultantes do processo de construção (pavimentação). 	Proponente com apoio técnico do TSP
Aspecto Social				
Saúde e segurança Ocupacional	Manuseio de máquinas e substâncias químicas perigosas	<ul style="list-style-type: none"> • Riscos operacionais e no local de trabalho 	<ul style="list-style-type: none"> • Educar os agricultores para que adoptem boas práticas com base nas técnicas de manuseio de pragas, 	Proponente com apoio técnico do TSP



MINAGRIF/PDAC



Aspecto ambiental/Social	Actividades/Riscos	Impacto	Medidas de Mitigação	Responsabilidade
	Trocas inadequadas de combustíveis podem causar explosão e a exposição causar doenças respiratórias, doenças de pele.	<ul style="list-style-type: none"> Risco de impactar a saúde dos operários e comunidades locais durante a operação do projecto Riscos de acidentes no local de trabalho como queimaduras, alergias aos inseticidas entre outros 	<ul style="list-style-type: none"> Não uso de pesticidas químicos a menos que seja recomendado pelos técnicos autorizados Usar vestuário de protecção apropriado, tais como: camisa de mangas compridas, calças compridas, chapéu, luvas e botas; Manter no local material para prestar os primeiros socorros (por exemplo: soro antiveneno). o pessoal treinado deve estar disponível para os procedimentos de evacuação de emergência (conforme os planos de emergência) Implementação de um Plano de Higiene, Saúde e Segurança Ocupacional (PHSST); Garantir o abastecimento de água adequado para responder ao consumo dos trabalhadores. A sinalização adequada dos locais para informar os trabalhadores sobre as principais regras e regulamentos a seguir. Assegurar a implementação de medidas de preparação e resposta a emergências. 	
Contratação de mão-de-obra	Salários baixos ou insuficientes	insatisfação dos trabalhadores, probabilidade de haver greve ou paragem dos trabalhos na fazenda.	Cumprir com o salario mínimo estipulado na LGT	Proponente com apoio técnico do TSP
	Trabalho infantil	<p>Exacerbação da pobreza e crescente número de crianças sem educação</p> <p>Aumento do número de casos de doenças ocupacionais e redução da idade de expectativa de vida.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Sensibilização a não levar as crianças aos campos de cultivo aos trabalhadores eventuais e efectivos, abordar durante as formações de palestras com os trabalhadores, bem-estar das crianças, cuidados básicos a ter com as crianças aos períodos laborais (ex.: protegê-las do sol e de riscos específicos nos locais de trabalho, no contacto com os animais, etc) e assegurar o uso de água potável com as crianças durante o horário de trabalho; Sensibilização a aderência à escola; Criar um espaço comunitário e contratar uma educadora para acompanhar as crianças enquanto os pais estão no campo. 	Proponente com apoio técnico do TSP



MINAGRIF/PDAC



Aspecto ambiental/Social	Actividades/Riscos	Impacto	Medidas de Mitigação	Responsabilidade
	<p>Assédio verbal e físico;</p> <p>Assédio sexual (AS), Exploração e Abuso sexual (EAS) e risco de EAS/AS sobre as comunidades envolventes ou entre o pessoal profissional no ambiente de trabalho.</p>	<p>Pouca produtividade dos trabalhadores e aumento de stress no seio dos mesmos.</p> <p>Perca da autoestima;</p> <p>Depressão;</p> <p>Perturbações de memória;</p> <p>Trauma do físico e ou psicológico sobre a vítima;</p> <p>Conflito com a comunidade envolvente;</p> <p>Perda de trabalho do trabalhador.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Aplicar o Código de Conduta a todas as empresas subcontratadas e aos trabalhadores do subprojecto, que proíbe actos EAS/AS e contacto sexual com os menores de 18 anos e outras condutas exigidas para assegurar as boas relações no trabalho e na comunidade envolvente sancionando em caso de incumprimento; • Garantir o treinamento periódico dos trabalhadores sobre questões relacionadas à VBG/EAS/AS, suas obrigações e comportamentos proibidos estipulados no CdC; • Todos os trabalhadores (homens e mulheres) devem assinar o CdC • Assegurar que os espaços e instalações sanitárias no site são separados por género, seguros e bem iluminados; • Garantir que os procedimentos de implementação integrem os princípios de igualdade de género; • Sensibilizar os trabalhadores e a comunidade envolvente sobre a temática de EAS/AS. Treinamentos periódicos dos preponentes e trabalhadores sobre a temática e o conteúdo dos CdC e MSGR (palestras, formação, encontros com as comunidades vizinhas); • Consultas independentes das mulheres nas comunidades afectadas e interessadas • Implementação do MSGR, sensibilização das comunidades e trabalhadores • Promover igualdade de oportunidades para ambos os sexos; • Garantir que a prática de assédio no subprojecto seja inaceitável e em alguns casos culmine ao despedimento; • Accionar imediatamente o Mecanismo de Sugestão e Gestão de Reclamações (MSGR) do PDAC em caso de incidente ou acidente relacionado com o subprojecto. • Garantir que informações sobre como denunciar casos de VBG/EAS/AS sejam disseminadas nas comunidades envolventes. • Não deve haver compensação económica à vítima, e isso não deve ser encorajado para a empresa 	<p>Proponente com apoio técnico do TSP</p>



MINAGRIF/PDAC



Aspecto ambiental/Social	Actividades/Riscos	Impacto	Medidas de Mitigação	Responsabilidade
	Cargas horarias excessivas e perpetuação do ciclo de pobreza para trabalhadores (que também podem levar ao trabalho infantil)	Fadiga do trabalhador, provocando mais número de lesões e doenças	<ul style="list-style-type: none"> Sensibilizar os proponentes e trabalhadores sobre questões laborais, Cumprir com as orientações da legislação nacional sobre a carga horária dos trabalhadores. Elaborar contratos de trabalho conforme a LGT 	Proponente com apoio técnico do TSP
	Contratação de mão-de-obra permanente e eventual	Perpetuação do ciclo de pobreza para trabalhadores (que também podem levar ao trabalho infantil)		
	Criação de novos postos de trabalho	Falta de proteção social dentro da fazenda		
	Alojamentos inseguros e anti-higiénicos para os trabalhadores	Oportunidades de emprego e melhoria do rendimento familiar	Sempre que possível, tendo em conta às necessidades e a qualificação da mão-de-obra, dar preferência à população local e da envolvente em termos de emprego, com vista à redução dos níveis de desemprego local.	Proponente com apoio técnico do TSP
Afetação/deslocamento de activos económicos/físicos	Exploração de novas áreas agrícolas dentro da Fazenda	Saúde enfraquecida do trabalhador	Garantir instalações apropriadas aos seus trabalhadores que incluem o ambiente físico, a saúde e as precauções de segurança, além do acesso a instalações sanitárias de acordo as recomendações da IFC	Proponente com apoio técnico do TSP
	Transporte de materiais e inertes para as obras de reabilitação	Deslocamento económico/físico (se se verificarem lavras ou habitação de população, ainda que informal, nas áreas agrícolas que serão exploradas pelo subprojecto);	<ul style="list-style-type: none"> Com o acompanhamento da equipa da TSP (e supervisão da equipa PDAC): - Identificar e cadastrar as Partes Afectadas pelo Projecto, - Analisar a dimensão dos danos e o número de PAP, - Nos casos dos danos pontuais/pequena dimensão, negociar medidas de compensação proporcionais (de valor equivalente ou superior) directamente com as PAP, - Nos casos de danos significativos analisar com a equipa da TSP e PDAC a necessidade de desenvolver e implementar um PAR proporcional aos danos. 	Proponente com o apoio técnico do TSP e equipa PDAC



MINAGRIF/PDAC



6. PROGRAMAS DE GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL

Este Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS) contém um conjunto de planos os quais contemplam diversas medidas e ações que devem ser aplicadas durante a construção e operação da fazenda de produção de milho, eijão e batata rena. Estes planos permitirão estimular a melhoria da qualidade de vida, nas dimensões sociais, ambientais, culturais e económicas.

Os planos propostos neste PGAS são os seguintes:

- Plano de Gestão de Resíduos e Efluentes;
- Plano de Higiene, Saúde e Segurança Ocupacional;
- Plano de Atendimento às emergências
- Plano de Fertilização e Gestão de Pragas e Doenças
- Plano de Prevenção da COVID-19
- Plano de Prevenção e Resposta à EAS/AS
- Plano de Implementação do MSGR
- Plano de Envolvimento das Partes Interessadas
- Plano de Formação Ambiental e Social

6.1. Plano de Gestão de Resíduos e Efluentes

O âmbito do presente Plano de Gestão de Resíduos (PGR) restringe-se exclusivamente às actividades da Cooperativa Catepa Ntanda, CRL. Entende-se por gestão de resíduos todos os procedimentos a serem implementados de forma sistemática com vista a assegurar uma gestão ambientalmente segura, sustentável e racional dos resíduos. A gestão abrange a recolha, acondicionamento, armazenamento temporário, transporte interno e externo e destino final. O presente PGR engloba a gestão de resíduos não perigosos e resíduos perigosos.

O proponente deve separar os resíduos perigosos dos não perigosos, acondicionando-os e armazenando-os em função da sua natureza.

Tabela 13: Procedimentos de gestão dos resíduos

<p>Procedimentos operacionais para a gestão de resíduos</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Os resíduos não perigosos, inertes como os resíduos de construção e/ou demolição não poderão ser descartados no reservatório de resíduos urbanos, devem ser dispostos em aterros de inertes; caso não seja possível, devem ser reaproveitados na construção; ✓ Os resíduos de embalagens de pesticidas e fertilizantes provenientes da actividade agrícola devem ser armazenados em recipientes adequados (reservatórios de resíduos) em local seguro e sinalizado e encaminhados ao aterro sanitário. Em caso de inexistência de aterros, estes resíduos não poderão ser reutilizados e/ou armazenados com os resíduos urbanos domésticos, por conterem substâncias perigosas, deste modo, devem-se criar medidas para o tratamento e destino final destes; ✓ Garantir a identificação dos recipientes/locais de armazenagem de resíduos; ✓ Assegurar e elaborar o registo das quantidades e local de disposição final dos resíduos.
<p>Procedimentos operacionais para a gestão de efluentes:</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ As águas residuais da construção e das instalações sanitárias não poderão ser escoadas para os cursos de água locais; ✓ Em caso de água contaminada com óleos e/ou combustíveis ou outros poluentes não poderão ser descarregadas para o sistema de drenagem local (caso exista), ou no meio hídrico próximo, e muito menos derramado no solo; ✓ Durante a fase de construção de infraestruturas, deve-se criar sistemas de escoamento de águas residuais com tratamento adequado.



MINAGRIF/PDAC



Os resíduos sólidos poderão ser gerados em todas etapas do projecto, pré-construção, construção e implementação das actividades, os mais frequentes são apresentados na tabela a seguir: neste âmbito, são apresentadas medidas específicas de gestão que garantem que os resíduos gerados não produzam efeitos ambientais negativos sobre os solos, a água ou a atmosfera. A gestão de resíduos é também importante para não comprometer a saúde pública das comunidades locais e dos trabalhadores, e para evitar a proliferação de pragas.

Tabela 14: Tipos de resíduos, locais de produção, danos e acções

Resíduos	Código LAR	Classificação	Local de produção	Tipo de acondicionamento proposto	Acções	Responsabilidade
Vidro	20 01 21	Não Perigosos	Armazém e alojamento	Colector de plástico	Reciclar os resíduos e outros materiais orgânicos deixando os materiais no local	Proponente
Plásticos	20 01 39	Não Perigosos	Armazém e alojamento			
Papel	20 01 01	Não Perigosos	Armazém e alojamento			
Cartão	20 01 39	Não Perigosos	Armazém e alojamento			
Madeiras	20 01 38	Não Perigosos	Obra e resto de cerca	Colector de metal		Proponente
Resíduos de culturas (palhas, sabugos)	20 01 08	Não Perigosos	Área de produção agrícola		Compostagem (e espalhamento).	Proponente
Matéria orgânica	20 01 08	Não Perigosos	Cozinha	Colector de plástico	Compostagem (e espalhamento).	Proponente
Embalagens de pesticidas e fertilizantes,	15 01 10	Perigoso	Armazém	Colector de plástico	<ul style="list-style-type: none"> •. Lavar bem as embalagens •. Cortar e fazer furos para torná-las inutilizáveis •Levar a embalagem a um lugar apropriado 	Proponente
Resíduos de construção de infraestruturas (materiais de construção, pedras, madeira, etc)	170101 170102 170201 170407	Perigosos	Área de construção do armazém e casa dos trabalhadores	Colectores de metal ou por cima de uma Lona de forma a proteger o solo	Os Resíduos de construção e demolição devem ser armazenados em local apropriado e separados de outros resíduos. Devem ser reciclados para a cobertura de estradas e caminhos dentro da fazenda	Proponente
Construção de 1 Alpendre de 60 m ² ,						
Construção de 1 Armazém 100 m ²						
Construção de casas de banho 6 m ² separadas por género						
Construção de espaços para repouso para descanso os trabalhadores 25m ²						



MINAGRIF/PDAC



Construção de 1 fossa séptica 6 m ²						
Óleos de cozinha usados	20 01 25	Não Perigosos	Actividades domésticas	Colector de plástico	Obtenção do sabão (para lavagem de roupa)	Proponente
filtros de óleo, óleo lubrificante usado ou contaminado/ Outros óleos de motores, transmissões e lubrificação.	16 01 07/ 13 02 08	Perigoso	Área de manutenção dos equipamentos	Tambores metálicos	Não existem empresas de recolha e tratamento destes resíduos em Huambo, deste modo, recomenda-se que o proponente entre em contacto com oficinas de reparação e manutenção de veículos próximas para a recolha destes materiais.	Proponente
Combustíveis	13 07 03	Perigoso	Manutenção e abastecimento dos geradores (Áreas dos geradores)	Tambores metálicos	Realizar a manutenção de equipamentos e maquinaria em locais apropriados e impermeabilizados. Os resíduos resultantes desse processo devem ser devidamente armazenados e encaminhados para local apropriado de deposição final para a proteção do solo.	Proponente
Pilhas alcalinas	20 01 33	Perigoso	Área administrativa; Alojamento; Armazéns.	Caixas (plástico) de armazenamento de pilhas usadas	Não existem empresas de recolha e tratamento destes resíduos em Huambo, deste modo, recomenda-se que o proponente entre em contacto com empresa de recolha de pilhas.	Proponente

Acções de Acompanhamento e Verificação

1. Fiscalizar a recolha e o armazenamento temporário dos resíduos de forma a prevenir ou minimizar os aspectos ambientais que poderão causar impactos ambientais negativos;
2. Inspeccionar visual e periodicamente os pontos de disposição de resíduos perigosos e não perigosos para a verificação da manutenção da qualidade do solo e das águas, anterior a estas actividades;
3. Registo do volume de resíduos e das suas condições de transporte e deposição.

Acções de Minimização

- Identificar e implementar continuamente alternativas de minimização de geração de resíduos. Sempre que uma acção de minimização for implementada, o inventário e o banco de dados deverão ser actualizados por meio de relatório anual específico;
- Após a minimização, proceder à identificação de alternativas de reutilização interna dos resíduos, considerando-se o transporte e a viabilidade técnica e económica desse resíduo;
- Garantir que as áreas de armazenamento e manuseamento de resíduos, após a sua separação, principalmente dos resíduos perigosos, estarão protegidas e devidamente sinalizadas, para evitar acidentes.



MINAGRIF/PDAC



Ações de Controlo	
1.	Realizar um inventário de resíduos e produtos perigosos a serem gerados nas diversas fases do projecto. O inventário deverá apontar os tipos de resíduos, as quantidades, a sua classificação e a forma de tratamento a ser adoptada para evitar danos no meio ambiente;
2.	Capacitar uma equipa de funcionários ou terceiros para realizar a classificação, separação, manuseamento e transporte dos resíduos;
Responsabilidades	
<ul style="list-style-type: none"> O plano de Gestão de Resíduos e efluentes deverá ser implementado pela equipa técnica ambiental de responsabilidade da BRLi-Sirius, com papel de implementar as medidas de mitigação dos impactos, monitoria e verificação da eficácia das medidas, apresentar relatórios periódicos a equipa de salvaguardas ambientais do PDAC e capacitar os trabalhadores para a separação e tratamento dos resíduos. A equipa de salvaguardas ambientais do PDAC, tem a responsabilidade de monitorar e avaliar a eficácia do referido Plano de Gestão de resíduos. 	

Tabela 15: Cronograma de implementação do PGR

Ações	Descrição das ações	Responsabilidades	Cronograma
Reciclar os resíduos e outros materiais orgânicos deixando os materiais no local	Compostagem (e espalhamento).	Proponente	Fim do ciclo de cada cultura
Prevenção e controle de potenciais impactos resíduos não agrícolas ou resíduos perigosos dos sistemas de produção (por exemplo, recipientes de pesticidas, resíduos, pesticidas e embalagens	Recolher do campo após o uso, todas as embalagens de pesticidas e herbicidas e armazenar devidamente até a disposição final. Não queimar embalagens, plásticos ou outros resíduos sólidos; Fazer a gestão dos resíduos sólidos de acordo com as Directrizes EHS; Utilizar grandes recipientes e/ou sistemas a granel para combustíveis, óleos, fertilizantes e produtos químicos para reduzir o volume de resíduos recipientes Examinar formulações e embalagens alternativas de produtos (por exemplo, material biodegradável). Gerir os pesticidas vencidos e indesejados como resíduos perigosos de acordo com Directrizes EHS e da FAO a Gestão de pequenas quantidades de pesticidas indesejados e Obsoletos.	Proponente com apoio do TSP BRLI/SIRIUS	Início da instalação das culturas
Capacitação/treinamento do pessoal	Realizar capacitação e treinamentos para os trabalhadores de modo a dar resposta ao uso correcto dos resíduos gerados dentro da fazenda	Proponente com o apoio do TSP BRLI/SIRIUS	Final das instalações das culturas



6.2. Plano de Higiene, Saúde e Segurança Ocupacional

O plano de higiene, saúde e segurança ocupacional (PHSST), fornece directrizes para a protecção dos trabalhadores e da comunidade em geral. Serve para dotar os proponentes e os trabalhadores do projecto das medidas adequadas de segurança pessoal, dos riscos e danos que possam ocorrer durante as actividades da fazenda.

Tabela 16 Análise de risco

Actividade	Perigos/ Riscos	Causas	Potenciais Consequências	Prevenção	Responsável
Produção Agrícola	Levantamento de carga pesada, Má circulação da Máquinas e veículos agrícolas, Exposição químicos Exposição a ruído	A falta do uso /inexistência de EPIs, A falta do uso de máscaras, A falta de experiência para movimentação de máquinas e veículos agrícolas e agrotóxicos	Doenças respiratórias, Lesões corporais, Problemas respiratórios Lesões Pneumonia Malária Gripes	O uso de EPI's apropriados as operações; Capacitação dos técnicos agrícolas para o uso máquinas e veículos agrícolas Criar um sistema de registo e documentação dos acidentes ocorridos na fazenda correctivas (anexo VI. Ficha de registo de acidentes e não conformidades); Identificação/mapeamento dos riscos; Fornecimento de abrigos temporários para proteção contra os elementos meteorológicos e durante as atividades de trabalho ou para uso como áreas de descanso; Monitorar as previsões do tempo para trabalho ao ar livre para fornecer um aviso prévio de condições meteorológicas extremas e agendar o trabalho em conformidade;	Proponente
Manuseamento de produtos fitofarmacêuticos	Inalação de substâncias químicas, poeiras, Exposição Chuva Exposição ao sol	Quedas	Doenças dermatológicas (câncer de pele)	Fornecer acesso fácil à hidratação adequada, como água potável ou bebidas eletrolíticas e evita o consumo de bebidas alcoólicas; Incluir a monitorização das condições de habitabilidade dos trabalhadores e de saneamento.	
Armazenamento e manutenção de equipamentos	Ferramentas manuais Pavimento escorregadio			Uso de roupas de proteção;	
Movimentação manual de cargas,	Riscos de atropelamento, de esmagamento, de quedas, de lesões dorso-lombares, de intoxicações, ferimentos e outros perigos tais riscos de incêndios.				
Manuseamento de substâncias perigosas e produtos tóxicos.					
Retirada do material em Stock no armazém (armazém de insumo e produção)	Contacto com químicos. Levantamento de carga pesada, Falta de Arejamento Inalação de substâncias químicas, outros riscos químicos, Riscos ergonómicos,	A falta do uso de EPIs, A falta do uso de máscaras, Maus posicionamentos, esforço excessivo, A falta de aberturas, janelas ou exaustores.	Doenças respiratórias, Lesões corporais, doenças articulares , perda da visão, Problemas respiratórios, excesso de calor, asfixiamento	O uso de EPI's apropriados as operações, Iluminação devida da área de trabalho. Implementação de exaustores, Limpeza constante e organização da área.	Proponente



	Colisão, problemas de visão, Abafamento, riscos químicos				
Circulação à zona	Má arrumação e deposição dos resíduos sólidos acumulados Riscos biológicos	Falta de um plano de gestão e separação de resíduos	Dificuldades no acesso, doenças	O uso de EPI's adequados as tarefas, Limpeza e arrumação da zona, Sinalização da zona.	Proponente

Tabela 17: Cronograma de acções e responsabilidades de PHSSO

Acções	Responsabilidades	Período de execução
Capacitar, instruir educar e sensibilizar os trabalhadores para o uso correcto do EPI no manuseio de substâncias perigosas;	Proponente com apoio do TSP BRLi-Sirius	No início do ciclo cultural e sempre que a situação o exigir
Garantir que as condições de trabalho e habitabilidade dos trabalhadores são salvaguardadas;	Proponente	No início de cada campanha agrícola
Colaborar na implementação do Plano de EAS/AS e o Plano de Ação para a implementação do MSGR e implementar o Plano de CP.	Proponente	Sempre que estes ocorrerem
Registar periodicamente do nº de acidentes e outras situações de perigo da vida humana	Proponente	Sempre que estes ocorrerem
Capacitação dos trabalhadores para identificação dos perigos e pronto atendimento a emergências;	Proponente e entidades locais da saúde	Semestralmente

6.3. Plano de atendimento às emergências da fazenda

O Plano de atendimento a emergências (PAE), estabelece as estratégias e os procedimentos que devem ser adoptados para o controle de situações emergenciais susceptíveis de ocorrer durante as actividades na Fazenda, com intuito de garantir a preservação da vida, redução dos danos, protecção das pessoas envolvidas no subprojecto e minimizar os impactos adversos.

Tem como principais objectivos:

- Preparação e organização dos meios e equipamentos adequados que garantam a protecção da vida em caso de acidentes e/ou outros perigos;
- Orientar e dirigir o atendimento a reais e eventuais emergências que possam ocorrer na Fazenda.

Tabela 18 Acções, responsabilidades e cronograma de implementação do PAE

Acções de Acompanhamento e Verificação	Responsabilidades	Emissão de relatórios e Avaliação de resultados	Cronograma de implementação
<ul style="list-style-type: none"> • Identificação das principais actividades que possam provocar acidentes • Aquisição de equipamentos de segurança, combate a incêndio e contenção de produtos químicos (kits de primeiros socorros, EPI, kit de contenção de produtos químicos, rede de hidrantes e extintores); • Organização de uma equipa de emergência; • Colocação de sinalização de emergência em locais críticos e alarmes • Comunicação e registo de emergência; • Treinamento de pessoal 	<p>Proponente com apoio das autoridades locais de saúde, serviços de protecção civil e bombeiros</p> <p>Proponente</p> <p>Proponente com apoio do TSP e serviço de protecção civil e bombeiros</p>	<p>Como instrumentos de acompanhamento e avaliação serão elaborados registos trimestrais de acidentes e situações de emergência, um relatório de implementação e avaliação das directrizes estabelecidas. Este relatório será submetido ao PDAC no âmbito de acompanhamento do PGAS.</p>	<p>As acções de atendimento a emergências devem ser realizadas semanalmente.</p> <p>Registo diário de emergências</p> <p>Registo mensal de acções de simulação de emergência.</p> <p>Os Treinamentos de emergência devem ser semestralmente e registados.</p>

6.3.1 Equipamentos de segurança, combate a incêndio e contenção de produtos químicos

A Fazenda deverá adquirir equipamentos de segurança, kits de combate a incêndios e contenção de produtos químicos. Estes são descritos na tabela a seguir:

Tabela 19: Equipamentos de segurança, kits de combate a incêndios e contenção de produtos químicos

Equipamentos	Descrição
Kit de contenção de produtos químicos	Tambores para armazenamento
	toalhas, barreiras de contenção, esponjas, luvas de vaqueta, luvas de látex e



MINAGRIF/PDAC



	óculos de segurança
Rede de hidrantes	Bomba de Incêndio
Extintores	Tipo CO2, Pó, Água
Kit de primeiros socorros	Caixa de primeiros socorros

6.3.2. Identificação de potenciais cenários e hipóteses acidentais

São identificados como potenciais cenários e hipóteses acidentais os itens constantes na tabela abaixo:

Tabela 20: Potenciais cenários de emergência

Cenários de Emergência	Produto	Local
Incêndio	Óleo lubrificante	Área de manutenção dos equipamentos
	Combustível gasolina	
	Combustível gasóleo	
	Queima de resíduos	Área de produção agrícola
Derrames	Queima de vegetação nativa	Área de manutenção dos equipamentos
	Combustível gasóleo	
	Combustível gasolina	
Explosão	Óleo lubrificante	Área de armazenamento de produtos
	Reservatórios de gasóleo, gasolina, álcool e óleo lubrificante	
	Latas de tintas, vernizes e solventes.	

6.3.3. Procedimento de emergências

Os Primeiros socorros são intervenções que devem ser feitas de maneira rápida, logo após o acidente ou mal súbito, que visam a evitar o agravamento do problema até que um serviço especializado de atendimento chegue até o local.

Tabela 21: Procedimentos de emergências

Procedimento de primeiros socorros em caso de picada de serpente:	Lavar a área da picada com água e sabão, colocar o acidentado em posição confortável, de preferência deixando a vítima deitada com a área afectada em um nível abaixo do coração e levar a vítima ao atendimento médico mais rápido;
Procedimento de primeiros socorros em caso de fraturas	O socorrista deve imobilizar a região acometida para evitar a movimentação dos fragmentos dos ossos lesionados;
Procedimento de primeiros socorros em caso de desmaio:	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Ao presenciar um desmaio, algumas medidas podem ser tomadas, como deitar a vítima, afrouxar suas roupas, garantir que o ambiente fique arejado e elevar os membros inferiores. Caso a pessoa sinta a sensação de que irá desmaiar, essa pode ser orientada a se sentar e colocar a cabeça entre os joelhos ou então se deitar; ✓ Antes de qualquer procedimento de primeiro socorro, é importante que o socorrista tenha em mente a necessidade de: manter a calma; garantir que serviço de emergência seja chamado; ✓ Quando se dirigir ao local da ocorrência, os trabalhadores deverão levar: kit de materiais de emergência, EPI's e outros equipamentos caso necessário; ✓ Ao receber a comunicação de ocorrência, será necessário obter informações: horário e local da ocorrência, tipo de ocorrência (colisão) e dimensão da ocorrência (vazamento, vítimas, etc).
Procedimento com comunidade circunvizinha a fazenda	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Em caso de acidente se necessário, solicitar que os moradores evacuem das suas casas, para um local mais seguro (área externa), até normalizar a situação; ✓ Prestar as vítimas (intoxicação, queimadura, etc) acções de primeiro socorro; ✓ Se necessário, encaminhar as vítimas ao pronto-socorro, hospital, através da ambulância ou outro meio de transporte disponível;
Procedimento em caso de vazamento no refeitório (explosão e incêndio)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Accionar o Alarme de emergência ou despertar os trabalhadores com um equipamento (apito); ✓ Após acionar a emergência, todos os trabalhadores deverão dirigir-se o mais rápido possível para o ponto de encontro para receber as orientações do chefe da equipe; ✓ Fechar o registo de gás, caso necessário retirá-los para um local seguro; ✓ As vítimas retiradas do local da ocorrência, deverão ser assistidas pela equipe de apoio, providenciando os primeiros socorros e, se necessário, encaminhá-las ao hospital.

6.4. Plano de fertilização, gestão de pragas e doenças

O plano de fertilização, gestão de pragas e doenças deverá ser realizado obedecendo os procedimentos de gestão apresentados no registo de implementação do PGAS.

Este plano serve de guia para as actividades agronómicas realizadas, que reflete o nível de intensidade da tecnologia aplicada pelo produtor e que lhe permite melhorar o processo de tomada de decisão para controlo de pragas e doenças e acompanhamento do uso de fertilizantes no solo.



Tabela 22: Acções, responsabilidades e cronograma de implementação do Plano de fertilização, gestão de pragas e doenças

Acção de controlo	Acção de acompanhamento e verificação	Responsável	Cronograma de implementação
-Identificar as pragas e doenças e nível de fertilização que afectam a cultura e orientar como identificá-los, quando agir e como intervir -Manter um registo com informações sobre todos os tratamentos realizados com produtos sintéticos e operações agronómicas que permitem o controlo de pragas, doenças e a fertilização de uma cultura para efeito de resultados.	Registo periódico do uso de fertilizantes e gestão de pragas e doenças.	A responsabilidade de implementação do plano de fertilização, gestão de pragas e doenças é do técnico Engenheiro Agrónomo. A equipa técnica da BRLI - Sirius, tem a responsabilidade de orientar o uso do Registo de implementação do PGAS com acções de acompanhamento e verificação da eficácia do mesmo	O registo de fertilização, pragas e doenças deve ser actualizado semanalmente.

Tabela 23: Procedimento para armazenamento, manuseio, aplicação e deposição dos pesticidas

Procedimentos para o armazenamento	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Todos pesticidas devem ser armazenados em suas embalagens originais e devidamente rotuladas; as instruções de armazenamento devem ser rigorosamente seguidas (Assessoria a proponente). ✓ Kits de emergência para o controlo de derrames
Procedimentos para o manuseio	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Assessoria aos trabalhadores para o manuseio adequado de pesticidas seguindo as orientações do produto. ✓ Uso obrigatório de EPI durante a aplicação, manuseio e armazenamento de pesticidas. ✓ As actividades de mistura de pesticidas só poderão ser realizadas em zonas previamente designadas.
Procedimentos para a aplicação	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Os pesticidas serão aplicados de forma mecanizada utilizando um pulverizador a jacto. ✓ Antes de qualquer aplicação, verificar o estado do equipamento e se está devidamente calibrado. ✓ Verificar sempre as condições meteorológicas antes da aplicação, deve-se evitar aplicações em tempo húmido e ventos fortes.
Procedimentos para a deposição	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Qualquer pesticida diluído não utilizado que não possa ser aplicado à cultura - junto com água de enxague e pesticidas desactualizados ou não mais aprovados - deve ser descartado como resíduo perigoso, de acordo com Diretrizes da FAO. ✓ Recipientes de pesticidas vazios, lacres de alumínio e tampas devem ser enxaguados três vezes, e as lavagens usadas no tanque de pesticidas deve ser pulverizado de volta para o campo ou descartado como resíduo perigoso em uma maneira consistente com a FAO.

6.4.1. Uso e manuseio de pesticidas

Um plano de manuseio de pesticidas (PMP) que inclui procedimentos para a seleção, aquisição, armazenamento, manuseio e destruição final de todos os estoques desatualizados devem ser preparados de acordo com as diretrizes FAO.

O PMP prescreve o tipo de agrotóxico a ser utilizado, bem como a finalidade de seu uso e descreve as melhores práticas para a aquisição e armazenamento de todos os pesticidas. O pessoal deve ter treinamento apropriado, incluindo certificação, quando relevante para manusear e aplicar pesticidas com segurança. Em especial:

- Garantir que quaisquer pesticidas usados sejam fabricados, formulados, embalados, rotulados, manuseados, armazenados, descartados e aplicados de acordo com o Código Internacional de Conduta da FAO sobre Manuseio de Pesticidas;
- Não comprar, armazenar, usar ou negociar pesticidas que se enquadrem nas normas da Organização Mundial da Saúde (OMS) Classificação Recomendada de Pesticidas por Classes de Perigo 1a (extremamente perigoso) e 1b (altamente perigoso);
- Não usar pesticidas listados na Classe de Perigo II da OMS (moderadamente perigoso).

6.4.2. Fertilizantes

- Armazenar os fertilizantes em sua embalagem original e em um local dedicado que possa ser trancado e devidamente identificados com sinais, cujo acesso é limitado a pessoas autorizadas.
- Garantir que o SDS e os estoques estejam disponíveis nas instalações de armazenamento de fertilizantes e disponíveis para os primeiros respondedores quando necessário.
- Manter os estoques de fertilizantes separados de pesticidas e maquinário (por exemplo, combustíveis, ignição ou fontes).
- Conhecer e compreender as necessidades de fertilizantes de cada cultura e aplicar apenas o necessário, quando é necessária, para minimizar as perdas ao meio ambiente.
- Implementar um programa de treinamento adequado para o pessoal que está transportando, manuseando, carregando, armazenamento e aplicação de fertilizantes.



6.4.3. Riscos de saúde ambiental, ocupacional e público associados ao uso de pesticidas

Os riscos de uso de pesticidas estão associados ao armazenamento, manuseio, transporte, aplicação descarte de embalagens vazias e pesticidas obsoletos. O uso de agroquímicos, especialmente os pesticidas, se não forem devidamente geridos, podem levar a sérias consequências para a Saúde Ambiental, Profissional e Pública. Os riscos ambientais e de saúde pública associados ao uso de agroquímicos são:

- Poluição de recursos hídricos e vida aquática.
- Acondicionamento impróprio e disposição de pesticidas por agricultores e auxiliares nos campos de produção nas lavras dos produtores.
- Impacto nas perdas pós-colheita devido a pragas
- Saúde e segurança geral dos agricultores (culturas e segurança pública)
- A modificação da flora microbiana do solo e do teor de resíduos de pesticidas no solo que podem causar poluição.
- Poluição do ar.

Intoxicação e mortalidade da fauna, extinção ou proliferação de espécies ou grupos de espécies, quebra da cadeia alimentar e perda de biodiversidade.

Tabela 24 Causas e medidas de mitigação dos impactos negativos de pragas e uso de pesticidas, insecticidas

Impactos negativos de pragas e usos de pesticidas ameaças e riscos	Causas	Medidas de mitigação	Ferramentas de implementação	Resultados esperados	Indicadores de monitoria
Envenenamento da fauna, flora e humano	Eliminação inadequado de recipientes de pesticidas e dos pesticidas obsoletos após o uso, e a má disposição de venenos e inseticidas	Eliminar e destruir os recipientes de pesticidas após o uso Boa disposição de venenos e inseticidas Educação e treinamento Os agricultores adoptam Boas pratica agrícolas	Recipientes de pesticidas limpos, e plano de recolha disponível Adição de técnicas/ Abordagem PMP	Plano de limpeza e descarte de recipientes de pesticidas desenvolvido e implementados Agricultores treinados Em técnicas de PMP e Boas praticas	Número de agricultores Treinados, registo de treinamento
Uso improprio de pesticidas pelos agricultores e seus auxiliares	Pessoal não treinado em técnicas de aplicação de pesticidas, uso de ETP inadequado	Controlo e supervisão Uso de pesticidas nas propriedades agrícolas	Adoção de abordagens técnicas MP Procedimentos de amostragem aleatória Para culturas e estabelecido limite de armazenamento de produtos químicos	Agricultores treinados em técnicas MP	Número de agricultores treinados, registos de treinamentos realizado
Saúde e segurança dos agricultores para culturas/danos ambientais	Necessidade de treinamento	Educar os agricultores para que adoptem BP as com base nas técnicas de MP, e não usem Pesticidas químicos a menos que seja recomendada o pelos técnicos autorizados	Técnicas de MP com enfase em controlo cultural e biológico no controlo de pragas	Conformidade com política nacional de MIP e política do BM sobre pragas/gestão de pesticidas	agricultores treinados, em técnicas de MP, número de agricultores que implementam MP em suas lavras

Cronograma de supervisão

Tabela 25: Calendário de monitoria e supervisão

Responsável	Frequência	Tipo de avaliação / Monitoria
Proponente com auxílio do TSP da BRLi- Sirius.	Mensalmente ou conforme necessidade	Monitoria de conformidade /semelhante à inspecção in loco de acordo com as regras do PMP.
Proponente com auxílio do TSP da BRLi- Sirius.	Trimestral	Implementação das medidas de mitigação ambientais identificadas durante a aprovação do programa.
Proponente com auxílio do TSP da BRLi- Sirius.	Anual	Avaliação global do desempenho dos projectos, incluindo a implementação do PMP. Isso pode fazer parte do programa geral de monitoria do Programa.



Cronograma de implementação do plano de gestão de pragas e doenças

Tabela 26: Cronograma de implementação do plano de gestão de pragas e doenças

Acções	Responsabilidade	Cronograma
Identificação e compreensão da espécie de pragas e tipos de doenças que ocorrem na região (Registo)	Engenheiro agrónomo e proponente	No início de cada ciclo cultural e semanalmente quando se justificar
Planeamento das acções de combate	Engenheiro agrónomo e proponente	No início de cada ciclo cultural e semanalmente quando se justificar
Preparação do local e dos meios preventivos e biológicos	Engenheiro agrónomo e proponente	No início de cada ciclo cultural e semanalmente quando se justificar
Implementação e avaliação dos métodos de controle (priorizando os físicos e biológicos)	Engenheiro agrónomo e proponente	No início de cada ciclo cultural e semanalmente quando se justificar
Avaliação e monitoramento do Manuseio Integrado de Pragas (Registo)	Engenheiro agrónomo e proponente	Devem ser emitidos trimestralmente, reportando resultados obtidos

6.5. Plano de prevenção da COVID-19

Tabela 27: Acções, responsabilidades e cronograma de implementação do plano de prevenção da COVID-19

Acções	Responsabilidade	Cronograma de implementação
Promover a lavagem regular e completa das mãos dos trabalhadores e visitantes durante 20 min, ou usar álcool em gel com frequência,	Proponente	Diariamente
É facultativa a utilização de máscaras faciais	Responsável da fazenda	Sempre que necessário
É recomendada a utilização de máscaras em lugares fechados como escritórios e armazéns	Responsável da fazenda	Sempre que necessário
É recomendada a todos trabalhadores a imunização por via da vacina	Proponente	Bimensal
Se for confirmado algum caso de COVID-19 entre os trabalhadores no local, visitantes devem ser impedidos de entrar no local e os grupos de trabalhadores devem ser isolados uns dos outros o máximo possível.	Proponente	Sempre que necessário
Desenvolva um plano de contingência e continuidade das operações da fazenda	Proponente/Autoridades locais da saúde	Mensalmente

As medidas para a prevenção da covid-19 podem e serão actualizadas periodicamente, ou sempre tendo em conta a situação pandémica do país para garantir o cumprimento das recomendações das autoridades de saúde locais e nacionais e agências de saúde internacionalmente reconhecidas (p.ex., OMS).

6.6. Plano de prevenção e resposta à EAS/AS

Neste plano está salvaguardado questões relacionadas com princípios da dignidade da pessoa humana, cidadania, igualdade, moralidade, valores sociais e de livre iniciativa.

As vítimas poderão considerar útil que o principal ponto de contacto para assistência seja feito por profissionais qualificados com bons conhecimentos de assistência a vítimas de EAS e VBG, e terem acompanhamentos e contar com apoio moral.

O Plano também segue um conjunto de princípios que orientam o trabalho de todos - não importa sua função - em suas interacções directas ou indirectas com as(os) vítimas/sobreviventes de VBG/EAS/AS. Uma abordagem centrada na vítima visa criar um ambiente de apoio no qual os direitos de cada vítima sejam respeitados e no qual a pessoa seja tratada com dignidade e respeito. Estes princípios incluem:

SEGURANÇA: uma vítima que está relatando um incidente de violência geralmente corre um alto risco de sofrer mais violência. A segurança da vítima e de outras pessoas, como seus filhos, a sua família e as pessoas que a ajudaram, deve ser a prioridade número um para todos os atores. Revelar e partilhar informações relativas a incidentes de VBG/EAS/AS a pessoas que não estão envolvidas na resolução e na gestão do incidente expõe a vítima a uma violência adicional por parte do(s) perpetrador(es) ou de outras pessoas ao seu redor.

CONFIDENCIALIDADE E CONSENTIMENTO INFORMADO: A confidencialidade reflecte a crença de que as pessoas têm o direito de escolher a quem contarão ou não sua história. Manter a confidencialidade significa não divulgar nenhuma informação a qualquer momento a nenhuma parte sem o consentimento informado da pessoa envolvida. Qualquer informação, incluindo informação anónima, sobre a história de uma vítima, só deve ser partilhada com seu consentimento informado. O consentimento informado implica que, para ser capaz de consentir com as acções a serem tomadas a partir de sua denúncia, a vítima precisa compreender as opções e o que elas implicam. A vítima também pode mudar de opinião ao longo do processo,



MINAGRIF/PDAC



e seu desejo deve ser respeitado em todos os momentos. Portanto, o primeiro passo quando interagindo directamente com uma vítima é explicar as opções de encaminhamento de seu caso e em seguida conseguir seu consentimento escrito para dar seguimento ao caso.

AUTODETERMINAÇÃO E RESPEITO: Autodeterminação significa respeitar a dignidade, os desejos e as escolhas das vítimas e permitir que estejam no controle do processo ao decidir a quem contar e que acção tomar.

NÃO DISCRIMINAÇÃO: as vítimas devem receber tratamento igual e justo, independentemente de sua idade, sexo, raça, religião, nacionalidade, etnia, orientação sexual ou qualquer outra característica.

ACESSO A SERVIÇOS MULTISSETORIAIS DE QUALIDADE: Toda(o)s os denunciante(s) devem ser encaminhados a serviços de referência de saúde e legais de qualidade para imediatos cuidados físicos, psicossociais e jurídicos.

Os princípios que regem este plano são:

- Promoção de uma sociedade de pluralismo, tolerância e cultura de paz;
- Igualdade de direitos entre homens e mulheres;
- O direito das mulheres e dos homens de viver sem violência;
- A defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade dos cidadãos perante a lei;
- O reforço da democracia, da liberdade, da estabilidade, harmonia individual e social;
- Edificação de uma sociedade de justiça social e a criação do bem-estar material, espiritual e de qualidade de vida dos cidadãos;
- Promoção do progresso económico e social que favorece a equidade e igualdade do género;
- Assinatura do Código de Conduta pelos trabalhadores no Plano de Negócio como medida de prevenção EAS/AS;
- Treinamento periódico dos trabalhadores sobre a temática e o conteúdo dos CdCs;
- Realização de consultas independentes das mulheres nas comunidades afectadas (nos espaços seguros e confidenciais com as facilitadoras).

Dos objectivos previstos no Plano de prevenção e resposta EAS/AS, o sub-projecto irá focar-se em duas áreas estratégicas de intervenção, a partir das quais são organizados objectivos, acções a implementar, bem como os resultados esperados:

Área Estratégica I: Consciencialização e Educação

Tabela 28: Objectivos, acções e resultados da estratégia de intervenção

OBJECTIVOS	ACÇÕES	RESULTADOS
Reduzir os riscos de ocorrência de EAS/AS	<p>Treinamentos periódicos (pelo menos semestralmente) dos proponentes e trabalhadores sobre a temática e o conteúdo dos CdC e MSGR (palestras de sensibilização e encontros com as comunidades vizinhas);</p> <p>Consultas com mulheres das comunidades afectadas e interessadas, facilitadas em espaços seguros e confidenciais</p> <p>Disponibilização e divulgação do MSGR, sensibilização das comunidades e trabalhadores</p> <p>Assinatura do Termo de Compromisso pelo proponente durante o desenvolvimento do PN.</p> <p>Assinatura do Código de Conduta pela empresa e trabalhadores do projecto, e apresentação clara dos seus princípios norteadores sobre as questões relacionadas com as medidas de mitigação de EAS/AS logo após a aprovação e desembolso do PGAS</p>	<p>Trabalhadores e população das comunidades vizinhas informadas sobre a intolerância do sub-projecto a práticas de EAS/AS.</p> <p>Aumento no nível de consciencialização e conhecimentos sobre VBG e especificamente sobre exploração, abuso e assédio sexual nos espaços públicos e privados como uma violação dos direitos humanos;</p> <p>Aumento do envolvimento de líderes comunitários e fazedores de opinião na educação pública para a redução dos riscos da EAS/AS nos espaços privados e públicos;</p> <p>Provisão de medidas disciplinares claras para situações de EAS/AS</p> <p>MSGR disponível e acessível aos trabalhadores do sub-projecto e comunidades vizinhas, com procedimentos específicos para a gestão de casos EAS/AS</p> <p>Empresa comprometida com a ausência de práticas EAS/AS pelos trabalhadores da fazenda desde o início do projecto de avaliação e aprovação do PN e ao longo da sua implementação.</p>



MINAGRIF/PDAC



Área Estratégica II: Resposta à EAS/AS

O objetivo é expandir e melhorar a resposta a incidentes EAS/AS e garantir a implementação das acções previstas trimestralmente ou quando necessário.

Tabela 29: Objectivos, acções e resultados da estratégia de intervenção

OBJECTIVOS	ACÇÕES	RESULTADOS
Expandir e melhorar a resposta à EAS/AS	<p>Palestras e sensibilização e reuniões informativas junto aos trabalhadores e comunidade envolvente sobre intolerância a práticas EAS/AS e meios de denúncia disponíveis;</p> <p>Aplicação das sanções previstas no CdC assinando pelos trabalhadores;</p> <p>Disponibilização do MSGR aos trabalhadores e comunidades envolventes perante um caso EAS/AS e informar imediatamente o PDAC/BM (em menos de 24h)</p> <p>Assinar o termo de confidencialidade e o sigilo sobre casos/incidentes EAS/AS que venham a registar-se</p> <p>Encaminhamento e acompanhamento das denúncias feitas pelos trabalhadores com a presença de um Assistente Social e outra pessoa fidedigna (PF e/ou especialista de VBG do PDAC) a serviços holísticos (saúde, psicossocial, legal),</p>	<p>Reclamações e denúncias registadas pelo MSGR, categorizadas e priorizadas;</p> <p>Casos/incidentes EAS/AS reportados em menos de 24h para o PDAC e BM;</p> <p>Termo assinado pelo representante da empresa/fazenda;</p> <p>Casos EAS/AS encaminhados a serviços holísticos (saúde, psicossocial, legal), por especialistas/entidades competentes;</p> <p>Abordagem centrada sobre a sobrevivente seguida e princípios inerentes implementados, incluindo o princípio de confidencialidade e sigilo assumido pela empresa/ fazenda.</p>

Como parte da estratégia de resposta a EAS/AS é fundamental assegurar a disponibilidade e o acesso ao MSGR pelos trabalhadores e pelas comunidades vizinhas. O MSGR prevê um tratamento especial às questões relacionadas com a Exploração e Abuso Sexual (EAS) e/ou Assédio Sexual (AS), que precisam ser tratadas de forma diferente de outros tipos de queixas, garantindo assim:

- Registo, categorização e priorização das reclamações;
- Resolver as reclamações através da consulta a todas as partes interessadas;
- Informar os interessados sobre as soluções encontradas;
- Encaminhar os casos não resolvidos as entidades competentes.

Em outros casos, deverá garantir também:

- Segurança,
- Cuidados médicos,
- Apoio psicossocial,
- Serviços jurídicos,
- Assistência material básica (para garantir meio de subsistência)
- Encaminhamento e acompanhamento com a presença de um Assistente Social ou outra pessoa fidedigna,
- Baseado sempre nos princípios estabelecidos no Código de Conduta como medida resposta a incidentes EAS/AS.

O Proponente compromete-se a não tolerar a prática de EAS/AS pelos seus trabalhadores desde que assina o termo de compromisso para se candidatar ao financiamento do PDAC.

6.7. Plano de implementação do MSGR previsto pelo PDAC

O mecanismo de sugestão e gestão de reclamações (MSGR) já se encontra disponível e a funcionar.

Estão disponibilizados diferentes meios/ canais para recebimento das reclamações, nomeadamente:

- As caixas de reclamações e formulários correspondentes que se encontram disponibilizadas nas administrações municipais e comunais onde os subprojectos do PDAC estão a ser implementados;
- Linhas telefónicas (935 834 494), endereços de email e endereços postais;
- Pontos Focais para o MSGR do PDAC nas províncias de actuação, devidamente formados para o registo e encaminhamento das reclamações;



MINAGRIF/PDAC



- O PDAC fornece os emails do projecto, dos Representantes Provinciais, representação provincial do Cuanza Sul (Gabinete Provincial do Cuanza Sul, email: cuanzasul@pdac.ao), representação provincial do Huambo (Gabinete do Huambo, email: huambo@pdac.ao, representação Provincial da Huíla (Gabinete Provincial da Agricultura), email: huila@pdac.ao e dos especialistas ambientais e de riscos sociais e de género, bem como o endereço postal da UIP em Luanda.
- Website do PDAC (www.pdac.com) - Neste momento já está disponível no website um link para um campo de preenchimento de formulários de reclamações ou sugestões. As reclamações feitas através da janela do MSGR existente no website são reencaminhadas para os emails dos especialistas de comunicação, ambiente e riscos sociais e género. Para aceder ao formulário de reclamações, o utilizador deverá usar o seguinte link: <https://pdac.ao/sugestoes-e-reclamacoes/>

O MSGR do PDAC considera acções, ajustes e canais específicos para lidar com reclamações relacionadas com Exploração e Abuso Sexual (EAS) e Assédio Sexual (AS) que estão estruturados em 6 etapas, conforme descrição abaixo:

- Etapa 1 – Identificação de canais de entrada confiáveis
- Etapa 2 – Avaliação dos recursos disponíveis
- Etapa 3 - Desenvolver procedimentos operacionais padronizados
- Etapa 4 – Demonstrar o compromisso da UIP
- Etapa 5 – Designar claramente tarefas relacionadas a reclamações e formar a equipe
- Etapa 6 – Comunicação sobre o MSGR

O MSGR está disponível para os trabalhadores do subprojecto, proprietários e todas as partes que possam ser afectadas pelo mesmo, com procedimentos específicos para atender os casos de EAS/AS. Considerar a realização e formação de pontos focais para o registo e gestão de reclamações na fazenda com auxílio e orientação da UIP do PDAC e a colocação de uma caixa de reclamação na fazenda.

6.8. Plano de envolvimento das partes interessadas

O envolvimento das partes interessadas deve ser feito antes da elaboração do PGAS com a comunidade local, entidade local e deve existir um espaço para a interação com as mulheres e apresentação dos canais existentes para a realização das denúncias ao longo da implementação do subprojecto para informar a comunidade sobre o projecto PDAC, o plano de negócio da fazenda e os impactos ambientais e sociais que podem advir na implementação do subprojecto.

As consultas públicas têm como objectivo:

- Identificar as principais partes interessadas afetadas e / ou capazes de influenciar o subprojecto e suas actividades;
- Desenvolver um processo de envolvimento de partes interessadas que dê aos interessados uma oportunidade de influenciar o planeamento do projecto;
- Estabelecer mecanismos formais de reclamação / resolução;
- Definir relatórios e formas de monitorização para garantir a eficácia da consulta pública e revisões periódicas com base nos resultados.
- adequar as reuniões ao perfil dos grupos mais vulneráveis de uma comunidade de forma a garantir a sua participação no projecto.

Tabela 30: Cronograma de implementação

Acções	Descrição	Responsabilidade	Cronograma
Palestras de sensibilização na fazenda sobre a violência laboral	A violência no local de trabalho definida como situações em que os trabalhadores sofrem insultos, ameaças, agressão ou quando são sujeitos a outros comportamentos ofensivos nas circunstâncias relativas ao seu trabalho, provocada por pessoas que pertencem e por pessoas que não pertencem à organização.	Proponente	Mensal
Palestra de sensibilização sobre o trabalho infantil	É todo o trabalho realizado por crianças com idade inferior a 14 anos de idade e que as impede de frequentar a escola e de ter um desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral e social pleno.	Proponente/Autoridades locais de protecção a criança	Semestral
Divulgação do MSGR;	Dar a conhecer a população do mecanismo as populações vulneráveis e toda a população	Proponente/TSP BRLi-Sirius	Semestral
Palestras de sensibilização EAS/AS e VBG	Sensibilizar a população no geral a fazer denuncia as autoridades locais ou pelo mecanismo do PDAC como forma de reduzir os riscos de EAS-AS e também dar informações sobre os serviços de apoio VBG disponíveis localmente	TSP BRLi-Sirius/Autoridades locais no ramo da reinserção social	Semestral



MINAGRIF/PDAC



Acções	Descrição	Responsabilidade	Cronograma
Palestra de prevenção a Covid 19 e as DST's	Formas de prevenção e tratamentos já existentes	TSP BRLi-Sirius/ profissional da área da saúde local	Trimestral
Prevenção das queimadas não autorizadas	A melhor forma de se combater este mal é moldar a consciência dos cidadãos para não queimar, mediante campanhas de sensibilização junto das comunidades vizinhas, autoridades tradicionais, escolas, sociedade civil e outras partes interessadas.	Proponente/ autoridades locais e TSP BRLi-Sirius	Início e fim de época

6.9 Plano de formação ambiental e social

O objectivo deste plano é apresentar os principais temas e conteúdos programáticos, planeamento, para formação dos trabalhadores sobre Ambiente e Social, de forma a assegurar a sustentabilidade das acções de construção e operação, bem como salvaguardar a saúde e integridade física dos trabalhadores e colaboradores e outras áreas do projecto a serem de intervencionadas.

A formação e sensibilização são ferramentas indispensáveis para mudança de atitude e consciência. Geralmente as pessoas praticam o que sabem ou já viram, seja por via de formação ou experiência prática do dia-a-dia. É neste contexto que um plano de formação se justifica para atender as necessidades específicas de cada actividade, de forma a assegurar a gestão ambiental, e adopção de medidas e cuidados específicos de segurança dentro dos processos normais da operação, com o fim maior de proteger os trabalhadores.

Os conteúdos principais são os seguintes:

- Regras gerais de segurança;
- Uso de equipamentos de protecção colectiva e individual;
- Primeiros socorros;
- Planos de emergência;
- Combate a incêndios;
- Técnicas de investigação de incidentes;
- Legislação sobre Higiene e Segurança no Trabalho;
- Sinalização de Segurança;
- Segurança rodoviária;
- Plano de emergência;
- Mitigação dos riscos e resposta a violência baseada no género/ exploração, abuso e assédio sexual (VBG/EAS/AS);
- Mecanismo de sugestões e gestão de reclamações do PDAC (MSGR)

Tabela 31: Plano de formação Ambiental e Social

Nº	Tópico de Formação	Conteúdo Programático	Beneficiários	Responsável	Cronograma
Área temática de ambiente					
1	Acolhimento /sensibilização sobre as regras de preservação e conservação do ambiente.	✓ Regras gerais básicas de preservação e conservação do ambiente(em obra e áreas circundantes);	Todos os trabalhadores	Especialista ambiental da BRLI-Sirius	Trimestralmente Repetir sempre que haver novos trabalhadores
2	Prevenção e controle da poluição.	✓ Importância da limpeza do ambiente de trabalho; ✓ Prevenção e controle da erosão dos solos; ✓ Actividades/acções com risco de poluição da água e dos solos ✓ Gestão de resíduos sólidos: geração, acondicionamento, transporte e deposição final.	Todos os trabalhadores	Especialista ambiental e de saúde e segurança da BRLI-Sirius)	Trimestralmente
3	Prevenção e controlo do risco de substâncias perigosas, e acidentes ambientais.	✓ Regras de manuseamento e armazenamento de combustíveis, óleos e outras substâncias perigosas; ✓ Procedimentos de prevenção e actuação em caso de derrame de substâncias perigosas; ✓ Procedimentos em caso de ocorrência de acidente ambiental.	Todos os trabalhadores.	Especialista ambiental e de saúde e segurança da BRLI-Sirius	Trimestralmente
Área temática social					
1	Redução dos riscos da VBG-EAS-AS.	✓ Conceito de violência baseada no género,	Pontos focais e população da	Especialista ambiental e social	Trimestralmente (refrescamento)



MINAGRIF/PDAC



		exploração e abuso/assédio sexual; ✓ EAS/AS no trabalho e na interação com as comunidades envolventes. ✓ Funções e responsabilidades das partes interessadas; ✓ Procedimentos de reclamações para membros da comunidade, incluindo informações sobre os serviços de apoio.	área do projecto. Todos os trabalhadores da fazenda.	da BRLi-Sirius	
2	MSGR	✓ Objectivos e benefícios dos mecanismos de reclamação; ✓ Tipo e fluxo de apresentação e resolução de reclamações, incluindo as específicas para casos de EAS/AS; ✓ Principais responsabilidades do pessoal-chave; ✓ Requisitos para ser ponto focal de recebimento de reclamações.	Pontos focais e população da área do projecto. Todos os trabalhadores.	Especialista ambiental e social da BRLi-Sirius/PDAC	Trimestralmente (refrescamento)
3	Código de Conduta	✓ Princípios reguladores do código de conduta; ✓ Consequência de transgressão.	Todos os trabalhadores	Especialista Social/ PDAC	Trimestralmente
Área temática Segurança					
1	Acolhimento /sensibilização sobre as regras de segurança e higiene.	✓ Regras de segurança e potenciais riscos por actividade; ✓ Equipamentos de protecção colectiva (EPC) e individual(EPI); ✓ Procedimento em casos de emergência.	Todos os trabalhadores da fazenda.	Especialista da BRLi-Sirius	Sempre que necessário Trimestralmente
2	Álcool: efeitos e consequências.	✓ Risco e consequências do uso de álcool durante o trabalho; ✓ Norma interna de despistagem do consumo de álcool e respectivas, sanções.	Todos os trabalhadores da fazenda.	Especialista da BRLi-Sirius	Sempre que necessário Trimestralmente
3	Prevenção e controlo de doenças.	✓ Regras e meios de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (VIH/SIDA, sífilis, gonorreia); ✓ Regras de prevenção de doenças de veiculação hídrica (malária, diarreia, cólera); ✓ Medidas de prevenção e controlo da COVID-19.	Todos os trabalhadores	Especialista da BRLi-Sirius	Trimestralmente
4	Postura de trabalho e manipulação de cargas.	✓ Factores de riscos associados à manipulação de cargas. ✓ Lesões associadas à movimentação manual/mecânica de cargas. ✓ Regras de segurança na condução de máquinas. ✓ Medidas preventivas para minimizar riscos associados à manipulação de cargas.	Todos os trabalhadores Sessões pacíficas para motoristas e operadores de máquinas.	Especialista da BRLi-Sirius	Quando tiver novos trabalhadores. Trimestralmente (refrescamento)
5	Plano de emergência.	✓ Procedimentos de evacuação; ✓ Simulacro; ✓ Prevenção e extinção de incêndio; ✓ Primeiros socorros.	Todos os trabalhadores.	Especialista da BRLi-Sirius	Quando tiver novos trabalhadores. Trimestralmente (refrescamento)
6	Envolvimento das Partes Interessadas	✓ "informações sobre o Projecto e Sub-projecto".	Todos os trabalhadores	Especialista da BRLi-Sirius	Quando tiver novos trabalhadores. Trimestralmente (refrescamento)

6.10 Relatórios de Monitorização Ambiental e Social



MINAGRIF/PDAC



Durante o processo de implementação do projecto, serão realizados relatórios de monitorização ambiental, que serão reportados de forma abrangente a todas partes envolvidas. Os principais relatórios serão os seguintes:

- Relatório de implementação do PGAS do plano de negócios (Trimestral).
- Relatório de monitorização anual das actividades do subprojecto e eficiência das medidas de mitigação implementadas.
- Relatório sobre reclamações e não conformidades recebidas, responsabilidades em caso de não conformidades incluindo acções correctivas e consequências (quando for necessário).
- Relatórios sobre reclamações recebidas, pendentes e reparações das reclamações acordadas e propostas sobre a implementação do projecto, actividades previstas, reclamações sobre assédio físico ou sexual, emprego infantil ou forçado, entre outras reclamações (Trimestral)
- Relatório de monitorização Trimestral das condições de habitabilidade das acomodações dos trabalhadores.

Com as recomendações e visitas que serão feitas pelos técnicos ambientais e sociais da BRL a fazenda de forma a ajudar a cumprir com as recomendações sugeridas (de forma a evitar não conformidades), o projecto prevê-se acções de formação e informações relevantes (como desenvolver panfletos, posters ou outros materiais para garantir que os trabalhadores agrícolas não qualificados entendam claramente e possam devem adoptar nas suas actividades diárias) para a melhoria da qualidade de vida e para a preservação do ambiente no local e na envolvente.



MINAGRIF/PDAC



Tabela 32: Relatório de monitorização ambiental e social

Acções de monitorização	Responsabilidades	Indicadores	Não conformidades	Acções correctivas	Frequência de verificação
Preparação e implementação de um plano integrado de gestão de pragas e doenças	PROPONENTE/ Eng.º agrónomo	Perdas não superiores a 10% por de incidência de pragas e doenças. Volume de produção/ha com perdas (inferiores ou iguais a 10%)	Volume de produção inferior a 4 toneladas/há	Identificar estratégias de controlo preventivo e curativo manejada de forma inadequada (química, mecânica e cultural)	2x/campanha (a meio e ao final da campanha). No caso de controlo químico realiza-se sempre uma visita para monitorização dos resultados (entre 10 e 15 dias apos aplicação).
Preparação e implementação de um plano de Gestão de Resíduos	PROPONENTE	Cumprimento das actividades programadas no Plano de gestão de Resíduos (pelo menos 70%)	Que sejam realizadas menos de 70% das acções programadas no Plano de gestão de Resíduos	Identificar a causa do não cumprimento das acções previstas no PGR. Implementar acções correctivas para a próxima campanha.	Por campanha
Preparação e implementação de um Plano de Higiene, Saúde e Segurança ocupacional	PROPONENTE	Cumprimento das actividades programadas no Plano de Higiene, Saúde e Segurança ocupacional (100%)	Que sejam realizadas 100% das acções programadas no Plano de Higiene, Saúde e Segurança ocupacional	Identificar a causa do não cumprimento das acções previstas no PHSS	Bimensal
Preparação e Implementação de um Plano de Atendimento a emergência	PROPONENTE	Incidentes de resposta de emergência; Cumprimento das actividades programadas no Plano de Atendimento a emergência (100%)	Incapacidade de atendimento a emergência Que sejam realizadas 100% das acções programadas no Plano de Atendimento a emergência	Identificar a causa do não cumprimento das acções previstas no PAE	Bimensal
Monitoramento e avaliação do grau de funcionamento do MGR	Ponto Focal PDAC com a colaboração do TSP	Nº de reclamações registadas vs. nº de reclamações resolvidas;	% de reclamações resolvidas em menos e 1 mês; % de reclamantes satisfeitos com a resolução	Identificar a causa do não cumprimento das diretrizes do MSGR e melhorar a implementação de procedimentos, entre PDAC, TSP e fazenda/proponente.	Mensalmente



MINAGRIF/PDAC



Preparação de um plano de monitorização das condições habitacionais e acomodações dos trabalhadores.	PROPONENTE/ Técnico Responsável	Cumprimentos a 90% das diretrizes de acomodação para trabalhadores definidos pela IFC/EBRD	Não cumprimento dos 90% das diretrizes de acomodação para trabalhadores definidos pela IFC/EBRD	Identificar a causa do não cumprimento das acções previstas do IFC/EBRD	Trimestral
Monitorização da implementação das medidas de salvaguardas A&S constantes do PGAS (incluindo informação sobre as não conformidades, responsabilidades e acções correctivas)	PROPONENTE/ BRLi-Sirius	Cumprimento as Monitorização da implementação das medidas de salvaguardas A&S constantes do PGAS no Plano de Atendimento a emergência (100%)	Que sejam realizadas 100% as Monitorização da implementação das medidas de salvaguardas A&S constantes do PGAS	Identificar a causa do não cumprimento das acções previstas no PAE	Trimestral
Monitorização das condições de saneamento básico, disponibilidade de fontes de energia e de água para consumo	PROPONENTE/ Técnico Responsável	Cumprimentos a 100% das condições de saneamento básico, disponibilidade de fontes de energia e de água para consumo definidas pela IFC/EBRD	Não cumprimento dos 100% das condições de saneamento básico, disponibilidade de fontes de energia e de água para consumo definidas pela IFC/EBRD	Identificar a causa do não cumprimento das acções previstas do IFC/EBRD	Realiza-se sempre uma visita para monitorização Semestral



MINAGRIF/PDAC



7. CUSTOS ESTIMADOS

Tabela 33: Estimativa de custos

Medidas de mitigação	Custos (AOA)	Responsabilidade
Compra de prateleiras para acondicionamento de materiais de forma separada (pesticidas, fertilizantes, sementes, etc), em função das actividades do subprojecto	200.000.00	Proponente
Mudas para Reflorestação da Fazenda	100.000.00	Proponente
Kit de contenção de Produtos Químicos	100.000.00	Proponente
Contentores para separação de resíduos na fonte (grandes e pequenos)	200.000.00	Proponente
Impermeabilização de áreas onde serão colocados geradores, armazenamento de combustíveis, armazenamento temporário de resíduos	150.000.00	Proponente
Equipamentos de protecção individual (EPI) adequados.	250.000.00	Proponente
Adopção de medidas de biossegurança,	200.000.00	Proponente
Construção de instalações apropriadas aos seus trabalhadores que incluem o ambiente físico, a saúde e as precauções de segurança, além do acesso a instalações sanitárias de acordo as recomendações da IFC. Wc (separados por género) e outas requisitos estabelecido, incluindo fossas sépticas	200 000,00	Proponente
Caso se regista não conformidades	150.000.00	Proponente
Sinalização de emergência.	100.000.00	Proponente
Extintores (Tipo CO2, Pó, Água)	200.000.00	Proponente
Kit de primeiros socorros	50.000.00	Proponente
Formações/ Sensibilizações	100.000.00	Proponente
Total	2.000.000,00	



MINAGRIF/PDAC



8. ANEXOS

8.1 Anexo I: Relatório de envolvimento das partes interessadas RELATÓRIO DA CONSULTA PÚBLICA SOBRE PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL (PGAS) DO PLANO DE NEGÓCIO FORMULADO PARA A COOPERATIVA CATEPA NTANDA

Aos 06 de Junho de 2023, no período das 09h:00 min – 10: 30 min, teve lugar na aldeia de Ntanda, Comuna N'gola, Município Caluquembe, Província Huíla, uma reunião de Consulta Pública sobre o Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS) do Plano de Negócios (PN) da cooperativa, cujo (a) Proponente é o Senhor Feliciano Luhuma.

A referida reunião teve os seguintes objectivos:

Objectivo Geral:

Consulta Pública sobre o Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS) do Plano de Negócios a ser implementado na aldeia de Ntanda, comuna de Ngola, município de Caluquembe, província da Huíla, onde o PDAC está a ser implementado.

Objectivos específicos:

- Apresentar publicamente o PGAS tendo como referência o documento da Cooperativa Catepa Ntanda e os populares das aldeias vizinhas, onde a fazenda conta potencialmente com a mão-de-obra eventual.
- Permitir que as partes interessadas (proponente e público em geral) expressem as suas opiniões e preocupações relativamente às questões de salvaguardas ambientais e sociais e que estas sejam tidas em conta nos processos de tomada de decisão;
- Assegurar um tratamento especial aos grupos vulneráveis, como jovens, mulheres deficientes, viúvas e meninas, que são potenciais vítimas de todo o tipo de discriminação e violência baseada no género.

A consulta pública contou com a presença de **15** participantes dos quais **7** mulheres e **8** Homens, entre eles, o proponente, soba da aldeia de Ntanda, trabalhadores efectivos, trabalhadores eventuais e membros das aldeias vizinhas. O encontro foi orientado pelo Engenheiro **João Paulo**, Front Office Especialista da BRLi- Sirius.

Teve como agenda:

- Apresentação do subprojecto;
- Principais impactos ambientais e sociais;
- Apresentação do MSGR (Mecanismos de sugestões e Gestão de Reclamações);
- Apresentação das preocupações das partes interessadas e devidos esclarecimentos.



MINAGRIF/PDAC



- Diversos

Observações

Durante a visita ao centro de exploração da fazenda, podemos constatar o seguinte:

Com relação ao pagamento de trabalhadores eventuais / dia, a comunidade disse que o preço praticado pelos responsáveis da Cooperativa é de **750 kz/ dia/** empreitada.

Os trabalhadores efectivos ganham **18.000,00 kz/ mês**.

Na zona há mercado formal e informal para aquisição de bens essenciais, como: sabão, açúcar, sal, arroz, farinha de milho, etc., para o efeito a população recorre a sede municipal de Caluquembe.

A terra onde a fazenda desenvolve os trabalhos foi comprada aos populares da aldeia, a comunidade juntamente com o testemunho das autoridades tracionais e religiosas da zona, confirmam este facto, no entanto, não há conflitos de terra com a população.

A língua mais falada na região é umbundo, não há presença de outros grupos linguísticos.

Recurso hídrico disponível, existência do rio Qué, afluente do rio Cunene, de caudal médio e permanente durante o ano todo.

Ainda durante a sessão, surgiram algumas perguntas, tais como:

- Para quem é dirigido o projecto, só para agricultores?
- Porque tanta demora na aprovação dos subprojectos?
- Este projecto abrange todo país?

Respostas as questões colocadas:

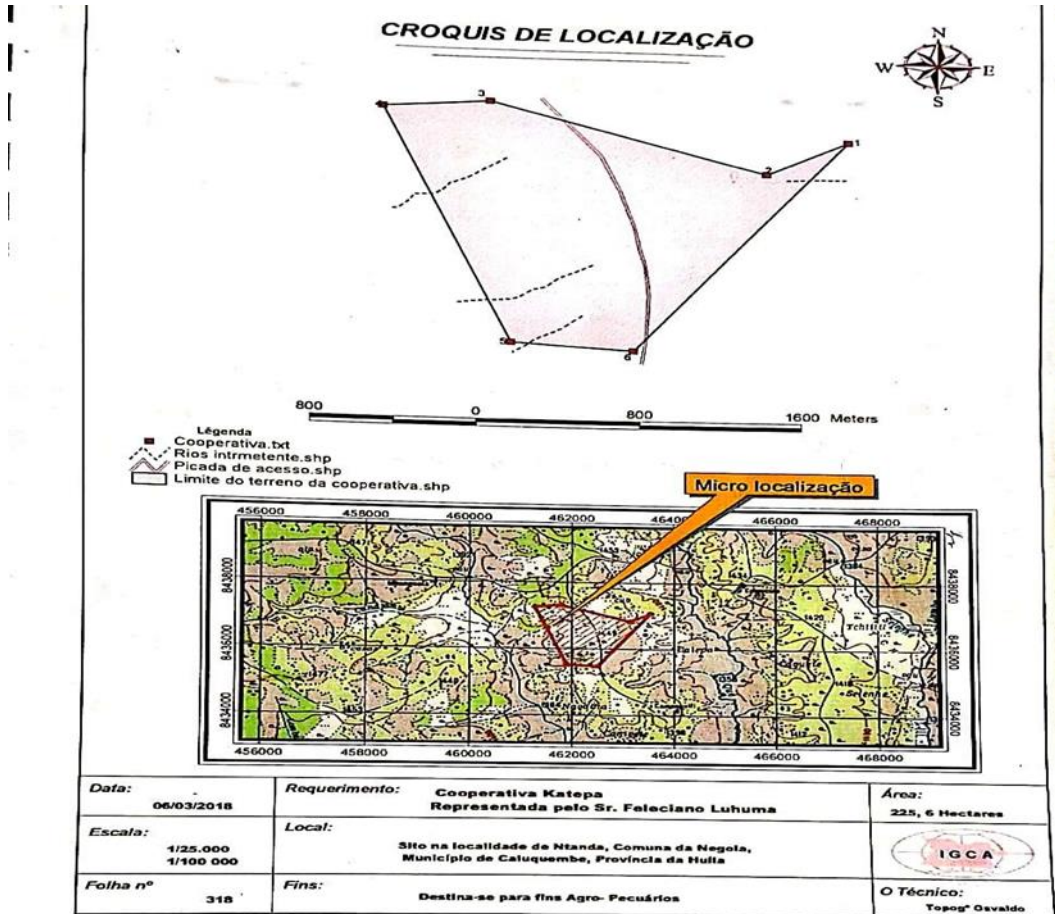
- O projecto é dirigido para todo cidadão angolano, desde que reúna as condições, para a devida candidatura (documentação), o projecto não está virado somente para agricultura, como também para prestação de serviços, transformação e comercialização.
- A demora muitas das vezes depende dos vários departamentos onde o processo deverá passar, até a sua a revisão total pela banca e isto claro leva algum tempo.
- Não abrange todo país, neste momento, está apenas nas províncias de Malanje, Cuanza Norte, Cuanza Sul, Bié, Huambo e Huíla.



MINAGRIF/PDAC



8.2 Anexo II: Croquis de Localização do Subprojecto



UTM – WGS

Nº	X (m)	Y (m)
1	463549	8437069
2	463150	8436820
3	461801	8437315
4	461284	8437254
5	461904	8435526
6	462503	8435477



MINAGRIF/PDAC



8.3 Anexo III: Título de Concessão de Terra da Cooperativa Catepa Ntanda, CRL





MINAGRIF/PDAC



I PARTE TÍTULO DE CONCESSÃO

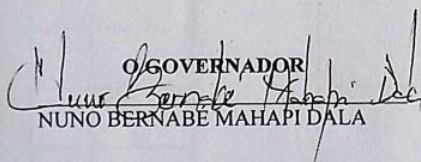
NUNO BERNABÉ MAHAPI DALA, GOVERNADOR DA PROVÍNCIA DA HUÍLA, FAZ SABER QUE POR SEU DESPACHO, O PROCESSO 037-HA/018 INSTRUÍDO E ARQUIVADO NO DEPARTAMENTO PROVINCIAL DA HUÍLA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E CADASTRAL DE ANGOLA, DE ACORDO COM A LEI Nº 9/04 DE 9 DE NOVEMBRO E SEU REGULAMENTO GERAL, NOS TERMOS DO ARTIGO 59º DA MESMA LEI, CONCEDE POR DIREITO DE SUPERFÍCIE, A **COOPERATIVA CATEPA-NTANDA**. COM SEDE NA PROVÍNCIA DA HUÍLA, MUNICÍPIO DE CALUQUEMBE, REPRESENTADO PELO SENHOR **FELICIANO LUHAMA**, RESIDENTE NA PROVÍNCIA DA HUÍLA, MUNICÍPIO DO LUBANGO, COMUNA SEDE, BAIRRO CDTE. COW BOY, CASA S/Nº, NATURAL DA NGOLA, MUNICÍPIO DE CALUQUEMBE, PROVÍNCIA DA HUÍLA, UMA PARCELA DE TERRENO RURAL COM UMA ÁREA DE 225,6 HAS (DUZENTOS E VINTE E CINCO VIRGULA SEIS HECTARES), DESCRITA NA II PARTE DESTE TÍTULO, CADASTRADA COM O Nº 060/022 DA FOLHA Nº 318, DA CARTA TOPOGRÁFICA À ESCALA 1:100 000.

NOS TERMOS DAS DISPOSIÇÕES CONSTANTES DA SUPRACITADA LEI E DO REGULAMENTO GERAL DE CONCESSÃO DE TERRENOS, MANDEI PASSAR O PRESENTE TÍTULO QUE VAI POR MIM ASSINADO E AUTENTICADO.

O PRESENTE TÍTULO DE CONCESSÃO, ESTÁ ISENTO DO PAGAMENTO DO FORO.

OS DIREITOS INERENTES A ESTA CONCESSÃO SÃO OS PREVISTOS NO ARTIGO 50ºb) DA LEI Nº 9/04 DE 9 DE NOVEMBRO, COMBINADO COM O ARTIGO 47º d) DO REGULAMENTO GERAL DE CONCESSÃO DE TERRENOS DECRETO Nº 58/07 DE 13 DE JULHO.

GOVERNO PROVINCIAL DA HUÍLA, AOS 26 DE MAIO DE 2022.

O GOVERNADOR

NUNO BERNABÉ MAHAPI DALA

O SUPERFIÁRIO

COOPERATIVA CATEPA-NTANDA





MINAGRIF/PDAC



8.4 Anexo IV: Registo Fotográfico da fazenda antes do financiamento





MINAGRIF/PDAC



8.5 Anexo V: Formulário do Mecanismo de Sugestões e Gestão de Reclamações - PDAC



REPÚBLICA DE ANGOLA
 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E FLORESTA
 GABINETE DE ESTUDOS PLANEAMENTO E ESTATÍSTICA
 PROJECTO DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA COMERCIAL

Formulário de Mecanismo de Sugestões e Gestão de Reclamações - PDAC	
1	<p>Dados de Preenchimento</p> <p>Código da Reclamação: MSGR _____ / _____ <i>(coloque as iniciais da província / n° de reclamação)</i></p> <p>Reclamação preenchida por Ponto Focal (PDAC) <input type="checkbox"/> Intermediário/ mediador <input type="checkbox"/> Auto-preenchimento <input type="checkbox"/></p>
1	<p>Identificação do reclamante <i>(a pessoa pode optar por anonimato)</i></p> <p>Nome: _____ Idade: _____ H <input type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/> Residência - Província: _____ Município: _____ Localidade: _____</p> <p>Pessoa afectada: Trabalhador/a do PDAC/ Prestadores <input type="checkbox"/> Trabalhador/a Fazenda <input type="checkbox"/> Proponentes/ Gestores <input type="checkbox"/> Comunidade/moradores <input type="checkbox"/> Entidade (pública/privada) <input type="checkbox"/> Desejo manter-me anónimo: Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> <i>(Se optar por anonimato, deixar indicação de um meio de contacto)</i></p>
2	<p>Contactos</p> <p>Telefone..... Email.....</p>
3	<p>Descrição da reclamação</p> <p>O que aconteceu: <i>(descreva em detalhe a ocorrência, causas e danos causados)</i></p> <p>Partes envolvidas no incidente:</p> <p>Onde aconteceu: <i>(indique detalhes sobre o local da ocorrência, município e província)</i></p> <p>Quando aconteceu: ____/____/____</p>
<p>Assinatura do Reclamante:..... Atendido por:.....</p> <p>Data: ____/____/____</p>	





MINAGRIF/PDAC



Mecanismo de Sugestões e Gestão de Reclamações - PDAC Recibo da Reclamação -	
Dados da Reclamação	Código da Reclamação: MSGR _____ / _____ <i>(coloque as iniciais da provincia / n° de reclamação)</i> Reclamação apresentada por: <i>(Nome do reclamante)</i> _____ Reclamação registada por: _____ Local onde foi registada/apresentada a reclamação: _____ Província: _____ Município: _____ Data de registo da reclamação: ____ / ____ / ____



MINAGRIF/PDAC



8.6 Anexo VI: Código de Conduta do PDAC



REPÚBLICA DE ANGOLA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E FLORESTA
GABINETE DE ESTUDOS, PLANEAMENTO E ESTATÍSTICA
PROJECTO DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA COMERCIAL

CÓDIGO DE CONDUTA INDIVIDUAL

1. OBJETIVOS

O PDAC – Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial, é uma pessoa colectiva de direito público, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial, criada para auxiliar, proteger e contribuir na promoção de condições de Desenvolvimento sustentável participativo das populações mais pobres e/ou em situação de vulnerabilidade, através de Programas de combate à pobreza e estabilização económica.

O PDAC – Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial intervém em zonas críticas que clamam por investimentos públicos, de modo a aumentar a oferta dos serviços sociais básicos e aliviar as carências a nível das comunidades.

O presente código de conduta tem como objectivo assegurar que todos os colaboradores envolvidos em Programas/Projectos implementados pelo PDAC assumam o compromisso de salvaguardar os valores, princípios éticos e normas de conduta adoptadas pela instituição, a serem preservados no seu relacionamento com as Administrações Municipais, empresas, prestadores de serviços, parceiros e a comunidade em geral, por via da observância de valores, princípios e práticas institucionais alicerçadas na: (i) aplicação das normas ambientais, sociais, de saúde e de segurança no trabalho (NASSS) do projecto e de saúde e segurança ocupacional (SSO); (ii) prevenção, reportagem e resposta a Violência Baseada no Género (VBG) e a Violência Contra Crianças (VCC) no local de trabalho, nas comunidades circundantes imediatas e nos municípios, bairros/aldeias alvo da intervenção do PDAC.

As diretrizes deste Código permitem avaliar e minimizar a subjetividade das interpretações pessoais sobre valores e princípios éticos, mas não detalham, necessariamente, todas as situações que possam surgir no dia-a-dia.

O PDAC – Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial considera que o seu incumprimento do código de conduta na sua generalidade e, em particular a participação em actos de Violência Baseada no Género (VBG) ou Violência Contra Crianças, seja no local de trabalho, na sua envolvente ou nas comunidades circundantes, constitui um acto de conduta imprópria sujeito à aplicação de sanções que podem culminar na cessação do termo de compromisso/contrato. A denúncia à Polícia daquele(a)s que cometam actos de VBG ou VCC será realizada caso se justifique.

DEFINIÇÕES

No âmbito da aplicação do presente código de conduta tem-se em consideração as seguintes definições:

PDAC – Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial: É uma pessoa colectiva de direito público, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial criada para auxiliar proteger e contribuir na promoção de condições de



MINAGRIF/PDAC



desenvolvimento sustentável participativo das populações mais pobres ou em condições de vulnerabilidade, através Programas de combate à pobreza e estabilização económica.

Normas de Ambientais, Sociais, Saúde e Segurança (NASSS): É um termo que abrange questões relacionadas com o impacto do projecto no ambiente, nas comunidades e nos trabalhadores.

Saúde e Segurança Ocupacional (SSO): A saúde e a segurança ocupacional foca-se na protecção da segurança, da saúde e do bem-estar dos trabalhadores. A fruição destes padrões ao mais alto nível é um direito humano básico que deve ser acessível a todos os trabalhadores.

Violência Baseada no Género (VBG): É um termo que engloba qualquer acto prejudicial que seja perpetrado contra a vontade de uma pessoa e que se **baseie em diferenças socialmente atribuídas (ou seja, género) entre homens e mulheres**. Inclui ameaças ou actos que inflijam danos físicos, sexuais ou mentais ou sofrimento, coacção e outras privações de liberdade. Estes actos podem ocorrer em público ou em privado. O termo VBG é usado para sublinhar a desigualdade sistémica entre homens e mulheres (que existe em todas as sociedades do mundo) e actua como uma característica unificadora e fundamental da maioria das formas de violência perpetradas contra mulheres e raparigas. A Declaração das Nações Unidas de 1993 sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres define a violência contra as mulheres como "qualquer acto de violência baseada no género que resulte ou seja susceptível de resultar em danos físicos, sexuais ou psicológicos ou sofrimento às mulheres".

Os seis tipos principais de VBG são:

- **Violação:** Penetração não consensual (ainda que ligeira) da vagina, ânus ou boca com o órgão sexual masculino, com outra parte do corpo ou um objecto.
- **Agressão Sexual:** Qualquer forma de contacto sexual não consensual que não resulte ou inclua penetração. Exemplos incluem: tentativa de violação, bem como beijos indesejados, acariciamentos ou toques de genitais e nádegas.

Assédio Sexual: São avanços sexuais indesejáveis, pedidos de favores sexuais e outras condutas verbais ou físicas de natureza sexual. O assédio sexual nem sempre é explícito ou óbvio, pode incluir actos implícitos e subtis, mas envolve sempre uma dinâmica de poder e género em que uma pessoa no poder usa a sua posição para assediar outra com base no seu género. A conduta sexual não é bem-vinda sempre que a pessoa sujeita a ela considera indesejável (por exemplo, olhar alguém de cima a baixo; beijar; uivar ou fazer sons inapropriados; andar à volta de alguém; assobiar; em alguns casos, dar presentes pessoais).

Favores Sexuais: É uma forma de assédio sexual e inclui fazer promessas de tratamento favorável (por exemplo, promoção) ou ameaças de tratamento desfavorável (por exemplo, perda de emprego) dependentes de actos sexuais — ou outras formas de comportamento humilhante, degradante ou explorador.

- **Agressão Física:** Um acto de violência física que não é de natureza sexual. Exemplos incluem: bater, dar estalos, sufocar, cortar, empurrar, queimar, disparar ou usar qualquer arma, ataques com ácidos ou actos que resultem em dor, desconforto, ferimentos ou morte.
- **Casamento Forçado:** O casamento de uma pessoa contra a sua vontade.
- **Negação de Recursos, Oportunidades ou Serviços:** Negação do legítimo acesso a recursos económicos/activos ou oportunidades de subsistência, educação, saúde ou



MINAGRIF/PDAC



outros serviços sociais (por exemplo, uma viúva impedida de receber uma herança, rendimentos retirados à força por um parceiro íntimo ou membro da família, uma mulher impedida de usar contraceptivos, uma rapariga impedida de frequentar a escola, etc.).

- **Abuso Psicológico/Emocional:** Acto de infligir dor ou lesão mental ou emocional. Exemplos incluem: ameaças de violência física ou sexual, intimidação, humilhação, isolamento forçado, perseguição, assédio, atenção indesejada, observações, gestos ou palavras escritas de natureza sexual e/ou ameaçadora, destruição de coisas acarinhadas, etc.

Violência Contra Crianças (VCC): É definido como danos físicos, sexuais, emocionais e/ou psicológicos, negligência ou tratamento negligente de crianças menores de 18 anos, incluindo a exposição a tais danos, que resultem em danos reais ou potenciais para a saúde, sobrevivência, desenvolvimento ou dignidade da criança no contexto de uma relação de responsabilidade, confiança ou poder. Isto inclui o uso de crianças para fins lucrativos, trabalho, gratificação sexual, ou alguma outra vantagem pessoal ou financeira. Isto também inclui outras actividades, como o uso de computadores, telemóveis, câmaras de vídeo e digitais ou qualquer outro meio para explorar ou assediar crianças ou aceder a pornografia infantil.

Aliciamento: São comportamentos que facilitam a procura de uma criança para actividade sexual. Por exemplo, um agressor pode construir uma relação de confiança com a criança, e depois procurar sexualizar essa relação (por exemplo, encorajando sentimentos românticos ou expondo a criança a conceitos sexuais através da pornografia). Este aliciamento pode ser feito presencialmente ou com recurso a dispositivos electrónicos.

Criança: Termo utilizado quando nos referimos a um «menor», isto é uma pessoa com menos de 18 anos de idade. Esta definição está em conformidade com o artigo 1º da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança.

Consentimento: É a escolha informada subjacente à intenção livre e voluntária de um indivíduo, aceitação ou acordo para fazer algo. Não é considerado consentimento quando tal aceitação ou acordo é obtido através do uso de ameaças, força ou outras formas de coacção, rapto, fraude, engano ou deturpação. De acordo com a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, o Banco Mundial considera que o consentimento não pode ser dado por crianças menores de 18 anos, mesmo que a legislação nacional do país em que o Código de Conduta é aplicado preveja uma idade inferior. A crença errada sobre a idade da criança e o consentimento da criança não é uma defesa.

3 Termo de compromisso

Eu _____ [*escrever o nome*], exercendo a função de _____ [*escrever a função*], na Província de _____, declaro que li o código de conduta da instituição e reconheço que é importante subscrever as normas ambientais, sociais, de saúde e segurança no trabalho (NASSS) e os requisitos de saúde e segurança ocupacional (SSO), bem como prevenir a Violência Baseada no Género (VBG) e a Violência Contra Crianças (VCC).

O PDAC – Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial considera que o incumprimento do código de conduta, na sua generalidade, e, em particular a realização de actos de VBG ou VCC, seja no local de trabalho, na sua envolvente ou nas comunidades circundantes, constitui um acto de conduta imprópria, sujeito à aplicação de sanções que



MINAGRIF/PDAC



podem culminar na cessação do termo de compromisso/contrato. A denúncia à Polícia daquele(a)s que cometam actos de VBG ou VCC será realizada caso se justifique.

Concordo que enquanto estiver a trabalhar em projectos implementados pelo FAS:

1. Participarei nos cursos de formação relacionados com NASSS, SSO, VIH/SIDA, VBG e VCC, proporcionados pela instituição;
2. Usarei o meu equipamento de protecção individual (EPI) e de identificação sempre que estiver a trabalhar ou estiver envolvido em actividades relacionadas com Projectos e Programas do PDAC;
3. Não usarei trajes inadequados para o ambiente de trabalho;
4. Não farei uso de álcool durante o período de trabalho, nem de estupefacientes ou outras substâncias que possam prejudicar as minhas faculdades;
5. Autorizarei a verificação dos meus antecedentes criminais;
6. Tratarei as mulheres, crianças (pessoas com menos de 18 anos) e homens com respeito, independentemente da raça, cor, língua, religião, opinião política ou outra, origem nacional, étnica ou social, deficiência, nascimento ou outro estatuto;
7. Não usarei linguagem inapropriada ou terei comportamentos inapropriados, (assédio, abuso sexual) que sejam humilhantes ou culturalmente inapropriados com mulheres, crianças ou homens;
8. Não praticarei actos de assédio sexual, como sejam avanços sexuais indesejáveis, pedidos de favores sexuais e outras condutas verbais ou físicas de natureza sexual, incluindo actos subtis de tal comportamento (por exemplo, olhar alguém de cima abaixo; beijar, uivar ou emitir sons desapropriado; andar à volta de alguém; assobiar; dar presentes pessoais; fazer comentários sobre a vida sexual de alguém; etc.);
9. Não me envolverei em favores sexuais, por exemplo, fazer promessas ou tratamento favorável dependente de actos sexuais ou outras formas de comportamento humilhante, degradante ou explorador;
10. Não encetarei contactos sexuais ou actividade com beneficiário(a)s do Projecto, seus dependentes, incluindo o aliciamento, ou contacto através de meios digitais. A crença errada sobre a idade de uma criança não será considerada como defesa. O consentimento da criança também não poderá ser usado como defesa ou desculpa.
11. A menos que haja o consentimento total de todas as partes envolvidas, não terei interações sexuais com membros das comunidades em que trabalho ou nas comunidades circundantes. Isto inclui relações que envolvam a retenção ou a promessa de prestação efectiva de benefícios (monetários ou não monetários) aos membros da comunidade em troca de sexo. Tal actividade sexual é considerada "não consensual" no âmbito do presente Código;
12. Denunciarei às instâncias superiores do PDAC quaisquer actos de VBG ou VCC suspeitos ou reais cometidos por um colega de trabalho, seja ele funcionário de base, com cargos de chefia, quer seja ou não do PDAC, ou quaisquer violações deste Código de Conduta;
13. Manterei informado o PDAC – Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial sobre as questões que afectam as comunidades.

Sempre que realizar visitas domiciliares e tiver necessidade de me dirigir ou dialogar com crianças menores de 18 anos:

14. Certificar-me-ei que outro adulto está presente, enquanto estiver a trabalhar na proximidade das crianças;



MINAGRIF/PDAC



15. Não convidarei crianças desacompanhadas não relacionadas com a minha família para a minha casa, a não ser que estejam em risco imediato de ferimentos ou em perigo físico;
16. Não utilizarei computadores, telemóveis, câmaras de vídeo e digitais ou qualquer outro meio para explorar ou assediar crianças ou aceder a pornografia infantil (ver também "Uso de imagens infantis para fins de trabalho" abaixo);
17. Não aplicarei punição física ou disciplinar a crianças;
18. Abster-me-ei de contratar crianças com idade inferior a 14 anos ¹ (ou outra idade mais elevada que seja referida na legislação nacional) para realizar trabalho doméstico ou outro, ou qualquer trabalho que as coloque em risco significativo de lesão;
19. Cumprirei todas as disposições legais relevantes, incluindo as leis laborais em relação ao trabalho infantil, e as políticas de salvaguarda do Banco Mundial sobre o trabalho infantil e a idade mínima.
20. Terei os devidos cuidados ao fotografar ou filmar crianças para fins profissionais.

Utilização de Imagens Infantis para Fins Relacionados com o Trabalho

Ao fotografar ou filmar uma criança para fins relacionados com o trabalho, devo:

21. Antes de fotografar ou filmar uma criança, avaliar e esforçar-me por cumprir as tradições locais ou as restrições de reprodução de imagens pessoais;
22. Antes de fotografar ou filmar uma criança, obter o consentimento informado da criança e do seu progenitor ou tutor. Como parte disto, devo explicar como a fotografia ou filme será usado;
23. Garantir que fotografias, filmes, vídeos e DVDs apresentam as crianças de forma digna e respeitosa e não de forma vulnerável ou submissa. As crianças devem estar adequadamente vestidas e não estar em poses que possam ser consideradas como sexualmente sugestivas;
24. Certificar-me-ei que as imagens são representações honestas do contexto e dos factos;
25. Certificar-me-ei que as etiquetas de ficheiros digitais para envio por via electrónica não revelam informações sobre a identidade da criança.

Sanções

Entendo que se eu violar este Código de Conduta Individual, o meu empregador tomará medidas disciplinares que podem incluir:

1. Aviso informal.
2. Aviso formal.
3. Treino adicional.
4. Perda de até uma semana de subsídio.
5. Suspensão do emprego (sem pagamento de salário), por um período mínimo de 1 mês até um máximo de 6 meses.
6. Cessação do vínculo laboral/contratual.
7. Denúncia à polícia, se necessário. Abertura de processo-crime junto das entidades judiciais.

¹ Lei sobre a protecção e desenvolvimento integral da Criança (Lei nº 25/12)



MINAGRIF/PDAC



Compreendo que é minha responsabilidade assegurar que as normas ambientais, sociais, e de saúde e segurança sejam cumpridas. Que vou aderir ao plano de gestão da saúde e ocupacional. Que evitarei acções ou comportamentos que possam ser interpretados como VBG ou VCC. Tais acções serão uma violação deste Código de Conduta Individual. Reconheço, por este meio, que li o código de conduta individual acima, aceito cumprir as disposições nele contidas e compreendo as minhas funções e responsabilidades para prevenir e responder às questões ASSS, SSO, VBG e VCC. Compreendo que qualquer acção incompatível com este Código de Conduta Individual ou a ausência de acção mandatada por este Código de Conduta Individual pode resultar em acções disciplinares e podem afectar o meu actual e futuros empregos.

Assinatura: _____

Nome (letra de imprensa): _____

Função: _____

Data: _____



8.7 Anexo VII. Avaliação dos impactos ambientais e sociais²

Tabela 34: Identificação dos riscos e impactos ambientais e sociais

Aspecto ambiental/Social	Actividades/Riscos	Impacto	Avaliação																							
			Fase de Construção							Fase de Operação																
			N	A	M	P	D	R	S	GI	N	A	M	P	D	R	S	GI								
Solo	Actividades de construção civil/ actividades de construção: 1 Alpendre de 60 m2, 1 Armazém 100 m2 Casas de banho 6 m ² separadas por género Espaços para repouso para descanso os trabalhadores; Fossa séptica 6 m ² carpintaria/eletricidade /escavação/ e transporte de inertes	Intrusão visual resultante do acúmulo de resíduos Descarte inadequado de resíduos																								
	Uso inadequado de fertilizantes	Compactação do solo Supressão de vegetação																								
	Preparo inadequado do solo	Erosão do solo /Salinização no solo	-	1	1	2	2	1	5	10	-	1	2	2	3	2	7	14								
	Manutenção de máquinas e equipamentos causando derrame de combustíveis e lubrificantes	Redução da qualidade do solo reduzindo a taxa de infiltração e as características do solo																								
	Trocas inadequadas de combustíveis	Contaminação dos solos Redução e/ou eliminação da biodiversidade																								
	Uso de equipamentos (máquinas e gerador)																									
	Trocas inadequadas de combustíveis podem causar explosão e a exposição causar doenças respiratórias, doenças de pele.																									
	Recursos Hídricos	Má gestão de recursos hídricos																								
Actividades relacionadas Local de tratamento dos resíduos																										
Supressão da vegetação e risco de erosão		Perda da biodiversidade aquática																								
Uso incorreto de produtos químicos agrícolas;		Poluição das águas superficiais e subterrâneas derivadas do azoto proveniente de fertilizantes, estrumes, pesticidas e emissões de poeiras;		1	1	2	2	1	5	10	1	1	2	3	1	6	12									
Gestão incorreta de substâncias perigosas, incluindo óleo contaminado;																										
Sedimentos pode se tornar num poluente significativo dependendo das suas propriedades físicas e químicas.																										
Técnicas de cultivo inapropriadas.																										

² Nota: as medidas de mitigação e responsabilidades estão na tabela 12



Qualidade do ar	Preparação de terras de agricultura durante a época seca.	Degradação da qualidade do ar																		
	Construção e reabilitação de infra-estruturas físicas	Geração de ruídos e poeiras	1	1	2	2	1	5	10	1	2	3	3	1	7	21				
	Gestão inadequada de resíduos	Emissões de fumos																		
Gestão de resíduos	Gestão inadequada de resíduos de construção, os recipientes dos pesticidas, pesticidas obsoletos e as respectivas embalagens, produtos de limpeza.	Poluição atmosférica																		
	Limpeza do terreno para preparação de parcelas agrícolas do subprojecto “Fazenda Catepa Ntanda”	Contaminação dos solos e da água	1	1	2	2	1	5	14	1	2	3	3	1	7	21				
		Exposição a produtos tóxicos																		
Saúde e segurança Ocupacional		Contaminação do solo e da água e degradação da paisagem																		
	Manuseio de máquinas e substâncias químicas perigosas	<ul style="list-style-type: none"> Riscos operacionais e no local de trabalho Risco de impactar a saúde dos operários e comunidades locais durante a operação do projecto Riscos de acidentes no local de trabalho como queimaduras, alergias aos inseticidas entre outros 	1	1	1	2	1	5	5	1	2	2	3	1	7	14				
Contratação de mão-de-obra	Salários baixos ou insuficientes	Insatisfação dos trabalhadores, probabilidade de haver greve ou paragem dos trabalhos na fazenda.	1	1	1	2	1	5	5	1	1	1	2	1	5	5				
	Trabalho infantil	Exacerbação da pobreza e crescente número de crianças sem educação																		
		Aumento do número de casos de doenças ocupacionais e redução da idade de expectativa de vida.	1	1	1	1	1	4	5	1	1	1	1	1	4	5				
	Assédio verbal e físico; Assédio sexual (AS), Exploração e Abuso sexual (EAS) e risco de EAS/AS sobre as comunidades envolventes ou entre o pessoal profissional no ambiente de trabalho.	Pouca produtividade dos trabalhadores e aumento de stress no seio dos mesmos.																		
Perca da autoestima; Depressão;																				
Perturbações de memória;		1	2	3	3	1	7	21	1	2	3	3	1	7	21					
Trauma físico e ou psicológico sobre a vítima; Conflito com a comunidade envolvente; Perda de trabalho do trabalhador.																				
Cargas horarias excessivas e perpetuação do ciclo de pobreza para trabalhadores (que																				
	Fadiga do trabalhador, provocando mais número de lesões e doenças	1	1	1	1	1	4	4	1	2	2	3	2	7	14					



MINAGRIF/PDAC



	também podem levar ao trabalho infantil	Perpetuação do ciclo de pobreza para trabalhadores (que também podem levar ao trabalho infantil)	1	2	2	3	2	7	14	1	2	2	3	2	7	14
	Contratação de mão-de-obra permanente															
	Criação de novos postos de trabalho	Oportunidades de emprego e melhoria do rendimento familiar	1	2	2	3	2	7	14	1	2	2	3	2	7	14
	Alojamentos inseguros e anti-higiênicos para os trabalhadores	Saúde enfraquecida do trabalhador	1	1	1	2	1	5	5	1	1	1	2	1	5	5
Afetação/deslocamento de activos económicos/físicos	Exploração de novas áreas agrícolas dentro da Fazenda	Deslocamento económico/físico (se se verificarem lavras ou habitação de população, ainda que informal, nas áreas agrícolas que serão exploradas pelo subprojecto);	1	2	2	3	2	7	14	1	2	2	3	2	7	14
	Transporte de materiais e inertes para as obras de reabilitação	Afetação de activos económicos nas vias de acesso à Fazenda durante o transporte de materiais e inertes para as obras de reabilitação.														

Legenda: N-Natureza; A-Âmbito; M-magnitude; A-abrangência; P- probabilidade; D-duração; R-reversibilidade; S- significância; GI- grau de impacto; H- hierarquização



MINAGRIF/PDAC



8.8 Anexo VIII. Legislação Ambiental e Social e Políticas de Salvaguardas do Banco Mundial

LEGISLAÇÃO NACIONAL

Legislação Ambiental

Decreto Presidencial nº 194/11 de 07 de julho - Aprova o Regulamento sobre Responsabilidade por danos Ambientais.

O presente diploma tem por objecto estabelecer a responsabilidade pelo risco e degradação do ambiente baseado no princípio do «poluidor-pagador», para prevenir e reparar danos ambientais.

Decreto Presidencial nº 82/14 de 21 de abril - Regulamento De Utilização Geral Dos Recursos Hídricos

O presente Diploma define o regime de utilização geral dos recursos hídricos, incluindo os mecanismos de planeamento, gestão e de retribuição económica e financeira no artigo 2 (Âmbito de aplicação), o presente Diploma é aplicável às águas superficiais e subterrâneas, nomeadamente os cursos de água, lagos, lagoas, pântanos, nascentes, albufeiras, zonas estuarinas e outros corpos de água, sem prejuízo dos respectivos leitos, margens e adjacências

Decreto Presidencial nº 261/11 de 6 de outubro - Sobre a Qualidade da Água

Este diploma estabelece critérios de qualidade de água com a finalidade de proteger o meio aquático e melhorar a qualidade das águas em função dos seus principais usos.

Decreto Presidencial n.º 196/12 de 30 de agosto - Plano Estratégico para a Gestão de Resíduos Urbanos (PESGRU)

O Presente plano estabelece uma nova filosofia para a gestão de resíduos em Angola, constituindo um suporte essencial ao processo de desenvolvimento sustentável que a sociedade e a economia do País têm vindo a percorrer.

Decreto Presidencial Nº 117/20 de 22 de abril- Regulamento Geral de Avaliação de Impacte Ambiental e do Procedimento de Licenciamento Ambiental

Este regulamento estabelece as normas e procedimentos que regulam a avaliação de impacte ambiental de projectos públicos e privados e do procedimento de licenciamento ambiental das actividades que, pela sua natureza, localização ou dimensão, sejam susceptíveis de provocar impacte ambiental e social significativo. Este diploma revoga o Decreto Nº 51/04 de 23 de Julho sobre a Avaliação de Impacte Ambiental e o Decreto Nº 59/07 de 13 de Julho sobre o Licenciamento Ambiental

Decreto Presidencial n.º 190/12 de 24 de agosto - Regulamento Sobre a Gestão de Resíduos

O presente Diploma tem por objecto estabelecer as regras gerais relativas à produção, depósito no solo e no subsolo, ao lançamento para água ou para atmosfera, ao tratamento, recolha, armazenamento e transportação de quaisquer resíduos, excepto os de natureza radioactiva ou sujeito à

Legislação Social

Decreto nº 43/03 de 4 de Julho - Regulamento sobre o VIH/ SIDA, Emprego e Formação Profissional

A infecção pelo vírus de Imunodeficiência Humana (VIH) e o desenvolvimento do Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (SIDA) constituem, na actualidade, uns dos maiores problemas de saúde que a sociedade enfrenta relativamente à implementação dos direitos sociais legalmente protegidos, nomeadamente o direito ao emprego, ao trabalho e à formação profissional.

Decreto 31/95 de 5 Novembro - Regulamento relativo aos sistemas de Saúde e Segurança Ocupacional.

Havendo necessidade de se regular as condições objectivas que permitam estabelecer um quadro de protecção social dos trabalhadores e suas famílias contra os riscos profissionais, em observância aos princípios consignados na Convenção n.º 102 da OIT, Organização Internacional do Trabalho;

Lei n.º 1/21 de 7 de Janeiro - Lei das Expropriações

A Lei da Expropriação por Utilidade Pública prevê as situações que podem originar uma reversão dos bens expropriados, designadamente nos casos em que as autoridades não conseguem implementar o projeto que motivou a expropriação nos prazos legalmente devidos e/ou nas situações em que cessem as finalidades da expropriação. O exercício do direito de reversão está sujeito a um prazo de caducidade e fica dependente da devolução, pelos expropriados, do montante anteriormente recebido a título de indemnização.

Lei n.º 7/04 de 15 de Outubro- Lei de Bases da Protecção Social

A protecção social obrigatória concretiza-se através dos regimes dos trabalhadores por conta de outrem e dos trabalhadores por conta própria, mediante prestações garantidas como direitos. É garantida a conservação dos direitos adquiridos e a possibilidade de concretizar os direitos em formação

Lei n.º 22/11, de 17 de junho - Lei da Protecção de Dados Pessoais

Considerando que a igualdade é um princípio consagrado na Constituição da República de Angola e reitera o acesso de todas as pessoas aos direitos universais, sem discriminação

Lei n.º 7/15, de 15 de Junho - Lei Geral do Trabalho

A nova lei aplica-se a todos os trabalhadores que prestam actividades remuneradas por conta de um empregador, no âmbito da organização e sob a autoridade e direcção deste, em empresas públicas, mistas, privadas, cooperativas, organizações sociais, organizações internacionais e nas representações



MINAGRIF/PDAC



regulamentação específica, de modo a prevenir ou minimizar os seus impactos negativos sobre a saúde das pessoas e no ambiente, sem prejuízo do estabelecimento de regras que visem a redução, reutilização, reciclagem, valorização e eliminação de resíduos

Decreto Executivo n.º 17/13 de 22 de janeiro - Gestão de resíduos de demolição e construção

O presente diploma estabelece o regime jurídico a que fica sujeita a gestão de resíduos, abreviadamente designados resíduos de construção e demolição ou RCD, compreendendo a sua prevenção e reutilização e as suas operações de recolha, transporte, armazenagem, triagem, tratamento, valorização

Decreto Presidencial n.º 261/11, de 6 de Outubro -- Sobre a Qualidade da Água

A lei prevê a posse do governo dos recursos hídricos do país, e a responsabilidade do Estado para o desenvolvimento, controle preservação dos recursos hídricos. Regulamentos ainda não foram promulgados

Decreto Executivo n.º 92/12 de 1 de Março - Termos de Referência para a Elaboração de Estudos de Impactes Ambientais

O diploma tem como objecto estabelecer as diretrizes orientadores para a elaboração dos Estudos de Impactes Ambientais necessários para análise de viabilidade ambiental dos projectos sujeitos a avaliação de impacto ambiental. O Estudo de Impacte Ambiental deve ser elaborado nos termos da legislação sobre a Avaliação de Impacte Ambiental, e cumprir rigorosamente com os Termos de Referência aprovados pelo Ministério do Ambiente, que orienta a elaboração dos mesmos de acordo com a especificidade de cada projecto

Lei n.º 5/98 de 19 de junho- Lei de Bases do Ambiente

Esta Lei serve de quadro básico de toda a legislação e regulamentos ambientais em Angola integrando definições de conceitos relevantes, tais como os da protecção, preservação e conservação do ambiente, promoção da qualidade de vida e uso sustentável dos recursos naturais.

Decreto n.º 31/95 de 5 Novembro - Regulamento relativo aos sistemas de Saúde e Segurança Ocupacional

O presente decreto estabelece os princípios que visam a promoção da segurança, higiene no trabalho, nos termos do preceituado n.º 2 do artigo 46º da Lei Constitucional 23/92

Havendo necessidade de se regular as condições objectivas que permitam estabelecer um quadro de protecção social dos trabalhadores e suas famílias contra os riscos profissionais, em observância aos princípios consignados na Convenção n.º 102 da OIT, Organização Internacional do Trabalho;

diplomáticas e consulares existentes no território da República de Angola

Decreto n.º 43/03 de 4 de Julho - Regulamento sobre o VIH/ SIDA, Emprego e Formação Profissional

A infecção pelo vírus de Imunodeficiência Humana (VIH) e o desenvolvimento do Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (SIDA) constituem, na actualidade, uns dos maiores problemas de saúde que a sociedade enfrenta relativamente à implementação dos direitos sociais legalmente protegidos, nomeadamente o direito ao emprego, ao trabalho e à formação profissional.

Lei n.º 22/11, de 17 de junho - Lei da Protecção de Dados Pessoais

Considerando que a igualdade é um princípio consagrado na Constituição da República de Angola e reitera o acesso de todas as pessoas aos direitos universais, sem discriminação

Lei n.º 25/11 de 14 de Julho - Violência Doméstica

Estabelece o regime jurídico de prevenção da violência doméstica, de protecção e de assistência às vítimas.

Lei n.º 25/12 de 22 de Agosto - Lei de Protecção e Desenvolvimento Integral da Criança

A Lei n.º 25/12 define regras e princípios jurídicos sobre a protecção e o desenvolvimento integral da criança, reforça e harmoniza os instrumentos legais e institucionais para assegurar os direitos da criança como definidos na Constituição, na Convenção sobre os Direitos da Criança e na Carta Africana sobre os Direitos e o Bem-Estar da Criança.

Lei n.º 7/04 de 15 de Outubro- Lei de Bases da Protecção Social

A protecção social obrigatória concretiza-se através dos regimes dos trabalhadores por conta de outrem e dos trabalhadores por conta própria, mediante prestações garantidas como direitos. É garantida a conservação dos direitos adquiridos e a possibilidade de concretizar os direitos em formação

Lei n.º 7/15, de 15 de Junho - Lei Geral do Trabalho

A nova lei aplica-se a todos os trabalhadores que prestam actividades remuneradas por conta de um empregador, no âmbito da organização e sob a autoridade e direcção deste, em empresas públicas, mistas, privadas, cooperativas, organizações sociais, organizações internacionais e nas representações diplomáticas e consulares existentes no território da República de Angola.



MINAGRIF/PDAC



POLÍTICAS DE SALVAGUARDAS DO BANCO MUNDIAL

OP 4.01 Avaliação Ambiental

A OP 4.01 assegura que todos os projectos do BM sejam sólidos e sustentáveis ambientalmente, informando à partida sobre os riscos ambientais aos dirigentes através de uma análise apropriada das acções e dos seus prováveis impactos.

A política de avaliação ambiental é acionada neste projecto para o levantamento dos impactos ambientais e medidas de mitigação dos impactos.

OP 4.04- Habitat Natural.

A **OP 4.04** assenta na protecção, manutenção e reabilitação de habitats naturais nas áreas de influência dos projectos, por ele financiados ou cofinanciados.

Não foram identificados no projecto algum potencial de conversão ou degradação crítica significativa de habitats naturais e, portanto, as OP & BP 4.04 não são acionadas.

O.P. 4.37 Segurança de barragens/represas

A política de segurança de barragens/represas é acionada em projectos que envolvam barragens existentes e Represas em Construção, bem como a responsabilidade da segurança da obra pelo proponente. Esta política não é acionada no âmbito do subprojecto da **Fazenda Planalto Verde**, uma vez que não estão previstos a construção e/ou reabilitação de barragens ou represas.

OP 4.09- Gestão de Pragas

A política operacional de controlo de pragas é acionada para auxiliar a mitigar os potenciais riscos à saúde humana e ao meio ambiente com a preparação de um **Plano** de Gestão de Pragas de carácter obrigatório. O projecto requer o uso de pesticidas, portanto esta política é acionada.

OP 4.11 - Recursos físicos e culturais

Esta política é acionada em projectos que envolvam projectos de infraestruturas que exijam grandes movimentos de terra em áreas susceptíveis e considerados recursos culturais físicos pelas comunidades que habitam no local do projecto. Os projectos de infraestruturas são de pequena dimensão com potenciais impactos sobre recursos físicos considerados baixos.

OP 4.12- Reassentamento Involuntário.

A política de reassentamento involuntário do BM auxilia os beneficiários do projecto a lidar com problemas de aquisição de terra resultante em compensação e/ou o deslocamento físico de pessoas. aplica-se a aquisição de terras e todas as alterações no acesso a recursos (económicos, rodoviários, culturais e étnicos) resultante da implementação de um projecto e subprojecto. No âmbito dos projectos do PDAC esta política não será acionada uma vez que os subprojectos são implementados em áreas privadas com títulos de concessão de terras emitidos pela entidade local, o IGCA (Instituto Geodésico Cartográfico de Angola).

A fazenda contempla um número de 7 membros, dos quais 3 senhoras e 4 homens.

OP 4.36 - Recursos Florestais

Os projectos financiados pelo Banco Mundial não poderão ter impactos negativos directos e indirectos para a saúde e qualidade das florestas, neste âmbito, o BM visa reduzir a desmatagem e aumentar a contribuição ambiental de áreas florestais, promover o reflorestamento, reduzir a pobreza e incentivar o desenvolvimento económico. O subprojecto da Fazenda Cooperativa Catepa Ntanda, CRL, não prevê na sua área de influência qualquer impacto sobre recursos florestais, logo esta política operacional não é acionada.